



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

SÉRGIO DANTAS SILVA

A BAGACEIRA E A REALIDADE ROMANCEADA DOS ENGENHOS DO
AGRESTE PARAIBANO

CAMPINA GRANDE - PB

2011

SÉRGIO DANTAS SILVA

***A BAGACEIRA E A REALIDADE ROMANCEADA DOS ENGENHOS DO
AGRESTE PARAIBANO***

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciado em Geografia. Orientador: Prof. Ms. Agnaldo Barbosa dos Santos.

CAMPINA GRANDE

2011

S586b Silva, Sérgio Dantas.

A Bagaceira e a realidade
romanceada dos engenhos do agreste paraibano
[manuscrito] / Sérgio Dantas Silva. – 2011.

61 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação
em Geografia) – Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Ms. Agnaldo Barbosa dos
Santos, Departamento de História e Geografia”.

1. Geografia Cultural. 2. Literatura -
Romance I. A Bagaceira. II. Almeida, José
Américo de.

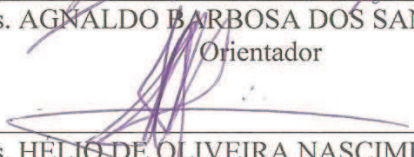
21. ed. CDD 304.2

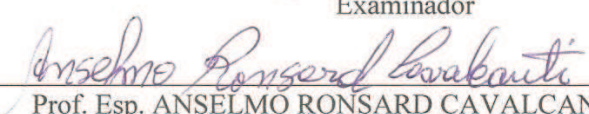
SÉRGIO DANTAS SILVA

**A BAGACEIRA E A REALIDADE ROMANCEADA DOS ENGENHOS DO
AGRESTE PARAIBANO**

Aprovada em: 30/05/2011


Prof. Ms. AGNALDO BARBOSA DOS SANTOS/UEPB
Orientador


Prof. Ms. HÉLIO DE OLIVEIRA NASCIMENTO/UEPB
Examinador


Prof. Esp. ANSELMO RONSARD CAVALCANTI/UEPB
Examinador

“No fim das contas, penso que devemos ler somente livros que nos mordam e piquem. Se o livro que estamos lendo não nos sacode e acorda como um golpe no crânio, por que nos darmos ao trabalho de lê-lo? Para que nos faça feliz, como diz você? Meu Deus, seríamos felizes da mesma forma se não tivéssemos livros. Livros que não nos façam felizes, em caso de necessidade, poderíamos escrevê-los nós mesmos. Precisamos é de livros que nos atinjam como o pior dos infortúnios, como a morte de alguém que amamos mais do que a nós mesmos, que nos façam sentir como se tivéssemos sido banidos para a floresta, longe de qualquer presença humana, como um suicídio. Um livro tem de ser um machado para o mar gelado de dentro de nós. É nisso que acredito” (carta do escritor Franz Kafka ao seu amigo Oskar Pollak).

Aos meus pais que contribuíram substancialmente para minha formação. Sra. Maria das Graças Dantas Silva e Sr. Salomão Alves da Silva.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecimento é um dos mais difíceis, dos praticados pelo ser humano. É com esta atitude que nós tiramos nossas “armaduras” e colocamos lentes para enxergar os verdadeiros “Sancho Pança” que ajudaram - e ajudam- a fazer a travessia. A correria cotidiana nos cega e dificulta dedicar atenção às pessoas a quem devemos graças. Pois bem, desnudo o olhar e inicio essa tarefa aparentemente simples.

Agradeço a Deus (seja homem ou mulher). Sem a Deidade seria impossível traçar estas linhas e concretizar o presente estudo.

Ao professor Agnaldo Barbosa dos Santos, quando eu rumava “marginalmente” com meu TCC, Barbosa acreditou em mim e percebeu a relevância do trabalho. Ao professor Anselmo Ronsard e as sensatas considerações sob a ótica da ciência histórica. Ao professor Hélio Oliveira Nascimento e a participação na banca examinadora.

Aos amigos e amigas descobertos na universidade Ariosvalber Santos, Marcos Aurélio, Jair Silva (e as impecáveis declamações de Augusto dos Anjos), Ronald Ferreira, Thiago Barros, Leonardo Guilherme. Manassés de Oliveira (amigo de infância e de travessia) entre outros e outras. Zete Dantas e Roberto Bezerra. A adorável Ana Célia Dias (muito especial). A brilhante amiga e testemunha auricular deste trabalho, Wendy Guimarães. Berg Dantas e Rosângela (Diadorim) legítimos representantes dos conflitos das forças naturais.

Aos amigos do edifício Manuel Patrício: José Ferreira, Francisco Alexandre Filho, José Francisco e Manuel Marinho da Silva (pela paciência oriental). São pessoas exemplares, fizeram parte da minha vida de estudante. Citá-los é uma minúscula forma de homenageá-los.

Lembro-me das adoráveis Azevedo e Castro. As irmãs Ana Paula, Aline e Dulce Castro. A sempre simpática e amável: Dulcinéia Azevedo. Vocês foram e são importantes para mim.

Aos amigos de papel Gabriel Garcia Marquez, Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa, Charles Bukowski, Jack Kerouac, Milan Kundera, Moacyr Scliar, João Ubaldo Ribeiro, Fernando Sabino, Mark Twain, Ernest Hemingway, Hunter S. Tompson e muitos outros amigos de celulose, com ideias sólidas e responsáveis por tornar a existência suportável.

Aos amigos e amigas que foram excluídos dessa lista, meus sinceros agradecimentos. Garanto mencionar vocês na dissertação de mestrado. E por último, e não menos importante, o sexo: é a partir dele que estamos aqui...

RESUMO

A geografia cultural é recente no Brasil. Esta temática consegue destaque, nas universidades brasileiras, a partir da década de 1990. Inserido nas propostas da geografia Cultural, e atendendo à necessidade da área em questão que este trabalho foi concebido. Utilizando-se de um romance foi possível elaborar um trabalho acadêmico que retrata a região Nordeste a partir de uma obra literária. O livro em análise é *A bagaceira*, do escritor José Américo de Almeida. A narrativa estudada neste trabalho retrata o encontro de duas realidades o Brejo e o Sertão paraibano. Partindo deste encontro, apresentado no romance, fica claro uma série de ideias que servem como tema para inúmeros estudos acadêmicos em Geografia. A partir do romance, diversos temas são despertados neste trabalho: região, estrutura agrária, estiagem, dentre outros. Contando, com o fato de que algumas obras literárias trazem no seu conteúdo as vivências do autor. O que fica claro neste trabalho, pois as experiências de Almeida, durante grande parte de sua vida, entre o agreste e sertão.

Palavras-chave: Geografia Cultural. Literatura. José Américo de Almeida. *A bagaceira*.

RESUMEN

La geografía cultural es reciente en Brasil. Este tema se destacan en las universidades brasileñas, desde la década de 1990. Subido sobre las propuestas de la Geografía Cultural, y dada la necesidad de la zona que esta obra fue concebida. Uso de una novela era posible producir una obra académica que representa el noreste de una obra literaria. El libro se examina es el orujo, el escritor José Américo de Almeida. La narración estudiados en este trabajo retrata el encuentro de dos realidades y la selva virgen del pantano de Paraiba. A partir de esta reunión, se presenta en la novela, es evidente una serie de ideas que sirven como tema de numerosos estudios académicos en Geografía. De la novela, diferentes temas se despiertan en este trabajo: la región, la estructura agraria, la sequía, entre otros. Contando con el hecho de que algunos contenidos literarios para poner en las experiencias del autor. Lo que está claro en este trabajo, ya que los experimentos de Almeida, durante gran parte de su vida, entre lo rural y el interior.

Palabras clave: Geografía cultural. Literatura. José Américo de Almeida. El bagaceira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I PARTE - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
1.1 A LITERATURA E SUA DIFÍCIL DEFINIÇÃO.....	12
1.2 NOVO TEMPO NA GEOGRAFIA: A VERTENTE CULTURAL.....	18
1.3 A ARIDEZ DO ROMANCE DE TRINTA.....	26
II PARTE - O AUTOR E A OBRA.....	33
2.1 O AUTOR.....	33
2.2 A BAGACEIRA: OBRA CONSERVADORA.....	35
2.3 A BAGACEIRA E AS DIVERSAS TRAMAS.....	38
III PARTE- TEMAS DE GEOGRAFIA N'A BAGACEIRA.....	41
3.1 A GÊNESE DA REGIÃO NORDESTE.....	41
3.2 A GEOGRAFIA PRESENTE N'A BAGACEIRA.....	46
3.3 O AÇÚCAR E O AMARGOR DA TERRA.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A literatura de ficção caracteriza-se por expressar fatos fantasiosos e/ou relacionados ao cotidiano. A literatura ficcional tem entre outras funções o entretenimento; mostrar as possibilidades estéticas mediante a palavra escrita; expressar as angústias de uma época, entre outros objetivos que fogem ao escopo deste trabalho. A ficção possibilita exprimir eventos cotidianos, entrelaçando-os de forma que ficção e realidade se misturem. Tornando o leitor um “refém” do escritor durante o ato de leitura. Distinguir fatos reais de, ficcionais alguns casos somente é possível pela diferenciação entre os gêneros literários conhecidos.

É a “confusão” entre o real e o absurdo que proporcionou exequibilidade a este trabalho. No aparente caos da produção literária é possível encontrar “fragmentos” de épocas e espaços diferentes da contemporaneidade. Assim, a Literatura serve como recorte espaço-temporal de uma determinada época.

Aliando-se a Literatura com outras áreas do conhecimento. Neste caso a Geografia, cria-se um trabalho científico de conteúdo acessível a diversos sujeitos. Contribuindo para difusão do conhecimento sem fugir do rigor requerido pela academia. Mesclando solidez científica e leveza. Tornando o trabalho acadêmico palatável aos grupos sociais além da academia. O presente estudo pretende fazer uma junção entre campos distintos do conhecimento. Ou seja, a Geografia e seus diversos campos e a prosa ficcional, tendo como característica principal à transdisciplinaridade entre as áreas mencionadas. Ou seja, a Literatura e a Geografia.

A obra fundamental para desenvolvimento desta investigação é o romance do escritor José Américo de Almeida, intitulado *A bagaceira*. O livro é um retrato do confronto entre dois espaços e seus povos: a aridez do Sertão e a exuberância do Agreste. É esta luta que serve de fundamento para o romance e motivador para esta análise. Os principais pontos para escolha d’*A bagaceira* são dois. Historicamente é a obra inauguradora do romance moderno em solo brasileiro. A temática obedece diretamente aos anseios estéticos do modernismo. Num segundo momento, a causa propulsora é o forte conteúdo geográfico presente na trama.

O presente trabalho objetiva analisar *A bagaceira* fazendo uma leitura atenta do conhecimento geográfico presente na obra. A partir do enredo, destacam-se trechos importantes para leitura munida do “olhar geográfico”. Uma das intenções do estudo é contextualizar o livro com os estudos da Geografia Cultural.

O estudo é dividido em três partes. A primeira é a apreciação de conceitos relacionados ao conteúdo do trabalho. Constitui-se da explicação de ideias como Literatura, Geografia Cultural, entre outras. Na segunda parte do trabalho a atenção é voltada para o autor e a produção literária do mesmo. Nesta divisão a vida e a obra de José Américo são esboçadas de maneira que as imbricações entre artista e obra sejam ressaltadas. Na terceira e última parte coube a análise de temas que estão presentes n'*A bagaceira*. Assim, tópicos como região, estiagem e estrutura agrária recebem destaque neste segmento do estudo.

É a utilização do instrumental teórico do campo da geografia cultural que tornou possível a implementação deste estudo. Em conjunto com a Literatura, História. A Literatura está presente na interpretação da obra literária, além do aproveitamento de autores que analisam a produção de textos literários ao longo da história.

A ciência histórica é corporificada a partir da exposição de fragmentos biográficos da vida de José Américo e da contextualização do enredo d'*A bagaceira* à realidade sócio histórica. Esta produção científica demonstra a possibilidade da junção de áreas distintas do conhecimento, ao mesmo tempo que comprova a interdisciplinaridade no âmbito da ciência.

I PARTE - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A literatura e sua difícil definição

Em uma sociedade pautada em atributos como velocidade, tecnologia, fluidez, imagem e outras palavras relacionadas. Por que elaborar um trabalho acadêmico pautado na literatura de ficção? Por que perder tempo com uma forma de conhecimento desprovida de objetividade? Os questionamentos são muitos. Por outro lado as possibilidades oferecidas pela literatura são diversas. A resposta é que as “belas letras” é uma das formas de conhecimento capazes de conservar atributos que poderiam se perder num futuro próximo. Ou mesmo uma forma de arte capaz de sintetizar as angústias, conflitos do ser humano da modernidade e de outras épocas históricas.

Italo Calvino (1990) explicita que, há características que somente a ficção será capaz de conservar. Qualidades como leveza, rapidez, exatidão, visibilidade e multiplicidade. Estes valores têm como guardião a palavra escrita. Esta é a ideia do escritor em uma série de conferências para a Universidade de Harvard, durante o ano de 1985. Ainda de acordo com Calvino significa que:

O milênio que está para findar-se viu o surgimento e a expansão das línguas ocidentais modernas e as literaturas que exploraram suas possibilidades expressivas, cognoscitivas e imaginativas. Foi também o milênio do livro, na medida em que viu o objeto-livro tomar a forma que nos é familiar. [...]. Minha confiança no futuro da literatura consiste em saber que há coisas que só a literatura com seus meios específicos nos pode dar (1990, p. 11).

Mesmo que a capacidade de sintetizar os problemas do ser humano da modernidade apareçam de maneira implícita, exigindo do leitor uma apreciação maior para decifrar a proposta do autor. É o que sugere obras como *A Metamorfose*, do escritor Franz Kafka. Que a partir de uma ficção com enredo de contornos inverossímeis, expressa o mal estar da modernidade (ou pós-modernidade).

Kafka (2006) tornou-se famoso a partir da novela *A metamorfose* em que o personagem principal acorda transformado num ser monstruoso. A metamorfose do título é uma metáfora que remete a perda de atributos presentes no ser humano, por conta de mudanças na sociedade capitalista. A obra serve como abordagem aos problemas enfrentados pelo ser humano frente a modernidade. Fato percebido e conforme Carlos Fuentes (2007):

Hoje, quem duvida de que é o escritor mais realista do século XX, aquele que com maior imaginação, compromisso e verdade descreveu a universalidade da violência como passaporte sem fotografia do nosso tempo? A lei, a moral, a política, a desorientação, a solidão, o pesadelo do século XX se encontram, todos, neste supostamente irreal e fantástico Franz Kafka. Encontra-se também, por tudo isso, não apesar disso, a esperança (p. 16)

É possível enfatizar a facilidade existente no que diz respeito ao quesito acessibilidade a outros mundos. É com a Literatura e com seus livros que o ser humano transcende a existência concreta, transforma a fantasia em evasão. Podendo para isto conhecer novos lugares, seres, universos. Ou seja, uma gama ampliada da realidade. Transitando entre o mundo imaginário e o real.

Mencionando a palavra “literatura” surge um questionamento: O que é literatura? Nesta parte do trabalho será feita uma tentativa de responder a pergunta. No entanto, coloca-se de antemão que existe certas dificuldades em caracterizar esta arte. Isto fica claro na obra *Teoria da Literatura* (EAGLETON, 2006).

O autor segue uma sequência lógica na busca da definição do que realmente seja a arte de escrever. Colocando o termo literatura como problemático. Por existir dificuldades em encontrar uma ideia que melhor se adéque ao raciocínio corrente. O estudioso é capaz de demonstrar que a literatura tem uma função social. Podendo ser utilizada, principalmente, como forma de manutenção de regalias para setores da sociedade.

Num primeiro momento o que deve ser colocado, é que a literatura não tinha a forma conhecida hoje. Ao longo da história esta arte apresentou configurações diversas. Um texto literário de hoje podia não ter as mesmas características num passado remoto. Se hoje, existem vários gêneros para delinear o que é literatura. Esta antigamente não fazia distinção entre romance, ensaio, conto, poesia, entre outros. Era tudo jogado na vala comum da literatura. Ou seja, o que hoje se conhece como literatura abrangia uma ampla variedade de escritos, inexistindo as distinções conhecidas hoje.

O significado do termo literatura foi construído historicamente e atualmente quando se menciona “literatura”, a primeira ideia que vem a mente é uma forma de escrita elaborada, com um teor imaginativo, no entanto, esta concepção é recente. Na Inglaterra do século XVII a literatura tinha um caráter abrangente, os textos literários abrangiam ficção e não-ficção. Na perspectiva do especialista Terry Eagleton, chama a atenção para este e outros fatos relacionados a produção literária, o estudioso lembra que:

A literatura inglesa do século XVII inclui Shakespeare, Webster, Marvell e Milton; mas compreende também os ensaios de Francis Bacon, os sermões de John Donne, a autobiografia espiritual de Bunyan e os escritos de Sir Thomas Browne, qualquer que seja o nome que se dê a eles (EAGLETON, 2006 p.1).

Diante do exposto aparece um problema durante os séculos XVI e XVII, na Inglaterra, inexistia diferença conceitual entre o fatural e o fictício. Essa distinção é típica da contemporaneidade. Esta é uma das explicações para Francis Bacon e Shakespeare serem “enquadrados” como literatura. O que parece ironia, pois Bacon é conhecido como expoente da corrente filosófica empirista. Por outro lado, Shakespeare é lembrado mundialmente pela produção dramaturgica e referência neste campo para o Ocidente.

Quando se menciona o termo literatura, a ideia imediata é de um texto escrito com teor imaginativo, o que remete diretamente a literatura de ficção. Há um paradoxo nesta ideia: a imaginação é um atributo pertinente a humanidade. Quando se coloca a literatura como uma variedade de textos com teor imaginativo, incorre-se numa exclusão. Eagleton (2006) coloca esse questionamento com os seguintes termos “O fato de a literatura ser a escrita “criativa” ou “imaginativa” implicaria serem a história, a filosofia e as ciências naturais não criativas e destituídas de imaginação?” (p. 3).

Abandonando esta ideia da literatura como o embate entre ficção e realidade, surge uma nova proposta: a literatura como batalha contra as frases feitas do cotidiano. Esta concepção foi propagada pelos membros do formalismo russo¹. A preocupação dos críticos pertencentes à escola formalista era diferenciar a linguagem cotidiana da linguagem considerada, por eles, literatura. Não existia, por parte dos formalistas, reflexões direcionadas ao conteúdo da produção escrita.

A proposta dos formalistas russos em relação à obra literária era algo surreal. A criação dos escritores era analisada de forma mecânica. Os estudiosos da corrente em questão se ocupavam da produção literária como um amontoado de palavras desprovido de ligação com o mundo concreto do escritor. Para os formalistas pouco importava a ligação entre texto e autor. Ainda sob a perspectiva de Eagleton (2006):

A obra literária não era um veículo de idéias, nem uma reflexão sobre a realidade social, nem a encarnação de uma verdade transcendental: era um fato material, cujo funcionamento podia ser analisado mais ou menos como se examina uma máquina. Era feita de palavras, não de objetos ou sentimentos, sendo um erro considerá-la como a expressão do pensamento de um autor (p.4).

Diante de tal ideia pode-se tirar várias conclusões, uma delas é, que uma obra escrita possui um contexto. O autor, a obra, o conteúdo são situados historicamente, socialmente. É o

¹ Os formalistas surgiram na Rússia antes da revolução bolchevista de 1917; suas idéias floresceram durante a década de 1920, até serem eficientemente silenciadas pelo stalinismo. Sendo um grupo de críticos militantes, polêmicos, eles rejeitaram as doutrinas simbolistas quase místicas que haviam influenciado a crítica literária até então e, imbuídos de um espírito prático e científico, transferiram a atenção para a realidade material do texto literário em si (EAGLETON 2006, p. 3)

ato de situar-se no espaço que fez o dramaturgo, Ariano Suassuna (2005), dar uma guinada na temática da produção teatral dos seus textos. A importância do contexto vivenciado pelo autor fica explícita na entrevista publicada pela revista *Preá* (2005), o teatrólogo esclarece o porquê da mudança:

[...] Aos 17 anos de idade, um professor meu, médico e juiz de direito [...], lá de Taperoá [...]. Antes de ouvir falar em Ibsen com qualquer pessoa de Taperoá, ele lá em Taperoá, no sertão da Paraíba, me emprestou algumas das peças de Ibsen, e eu influenciado, resolvi escrever uma peça mais ou menos nos moldes de Ibsen. Mas você há de compreender que a Noruega tinha muito pouco a ver com o Nordeste, com Taperoá {risos}. A Noruega com aquele “calor” que a gente conhece, com aqueles “mandacarus”, aquelas coisas têm muito pouco a ver (SUASSUNA, 2005, p. 68).

Nota-se nesse trecho da entrevista que a partir da confrontação entre os dois espaços, o autor dramaturgo ao ser entrevistado problematiza a própria obra e passa a orientar a produção literária em outro sentido. Para ele era grotesco querer produzir teatro da mesma maneira que Ibsen produzia na Noruega. A realidade dos lugares e dos autores apresentavam diferenças evidentes. Embora essa orientação não seja uma regra absoluta e seguida pelos estetas da palavra.

A obra literária possui um contexto social, porém, as realidades vividas pelo autor são expressas na obra de formas variadas. Seja de maneira verossímil ou inverossímil. Um exemplo de obra com teor inverossímil, capaz de retratar um momento histórico da humanidade é o livro do escritor George Orwell, *A revolução dos bichos*.

Orwell (1971) por meio da fábula adverte sobre as arbitrariedades praticadas por sistemas totalitários. O enredo tem como cenário uma fazenda em que os animais se rebelam contra os proprietários e com o desenrolar da história começam a surgir privilegiados. O livro é uma crítica aos desdobramentos da revolução russa, que teve como um dos aspectos a criação de imunidades para a elite burocrática, enquanto os demais cidadãos eram vistos como instrumentos para a construção do socialismo mundial.

Eagleton (2006) conclui que os críticos formalistas não eram totalmente desvinculados da existência concreta. Tais intelectuais tinham conhecimento da realidade vivida (a escola formalista foi silenciada pelo stalinismo). Os formalistas seguiam despreocupados em relação ao contexto histórico da produção literária. O autor afirma:

E embora eles não negassem que a arte tivesse uma relação com a realidade social - de fato alguns deles estavam estreitamente associados aos bolcheviques - os formalistas afirmavam, provocadoramente, que essa relação fugia ao âmbito do trabalho do crítico (p. 5).

Ao mencionar a palavra “realidade”, vem à tona o pragmatismo da literatura. O discurso literário é conhecido, na maioria dos casos, pela desvinculação com a objetividade, ou mesmo por aparentar certa inutilidade. No entanto, a questão é bem mais profunda pela forma como alguém ou alguns grupos leem a “literatura”.

A literatura é historicamente construída ou constituída como tal. Assim, o que é literatura adquire aspectos que chamam a atenção de estudiosos da área. Um escrito pode nascer como um texto literário e posteriormente deixar de sê-lo, ou nascer como um texto não-literário e perder este atributo. Posto desta maneira a produção literária, ao longo da história, passou por “julgamentos” perante a sociedade. Os textos escritos eram caracterizados como literário ou não. Sob este aspecto, mais uma vez situamos Eagleton (2006):

Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito mais importante do que o nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o autor tenha pensado (p.13).

Percebe-se, então, que a literatura traz uma série de dificuldades em encontrar caracterização, na busca por uma ideia consistente da arte da escrita, mas que pode-se optar por definir a literatura trilhando um caminho aparentemente mais fácil. Mesmo colocando a literatura como algo dotado de uma característica geral, capaz de abranger uma grande quantidade de escritos. Mesmo assim, os problemas continuam. Conforme afirmação do crítico literário Rosenfeld (2009):

Geralmente, quando nos referimos à literatura, pensamos no que tradicionalmente se costuma chamar “belas letras” ou “beletrística”. Trata-se, evidentemente, só de uma parcela da literatura. Na acepção lata, literatura é tudo o que aparece fixado por meio de letras — obras científicas, reportagens, notícias, textos de ‘propaganda, livros didáticos, receitas de cozinha etc. Dentro deste vasto campo das letras, as *belas letras* representam um setor restrito (p.9).

No momento em que o crítico literário faz referência a “belas letras” surge outro problema, se a literatura está relacionada com uma escrita “bonita” se existe algo que pode ser chamado de má literatura. O que é má literatura e/ou boa literatura? É uma pergunta que os críticos e teóricos do campo literário não conseguiram responder.

A classificação mencionada é um juízo de valor. E o valor de um objeto é transitório e pode se modificar ao longo da existência. Este pensamento fica claro com a seguinte ideia, o valor que o carvão mineral tinha na II Revolução Industrial é diferente da importância que este combustível possui no contexto da economia atual. Naquele período o carvão era uma

fonte de energia essencial, portanto muito procurada. Na economia mundial contemporânea uma mercadoria primária como o carvão não tem a importância de épocas passadas.

Grandes autores da literatura mundial podem perder importância. Com as mudanças nos valores da humanidade é possível que autores como Shakespeare adquiram outra conotação. Foi o que aconteceu com o poeta e romancista, Rudyard Kipling, de origem inglesa. Kipling teve destaque durante a fase imperialista britânica, mas perdeu sua relevância quando a Inglaterra ultrapassa este período. Hoje, é desprezado por alguns setores a ponto de ser chamado “poeta do imperialismo inglês”. Essa percepção é concreta, portanto Eagleton (2006) nos constructos teóricos corrobora o caráter relativo da obra literária ao longo da história, de acordo com o estudioso:

Assim, é possível que, ocorrendo uma transformação bastante profunda em nossa história, possamos no futuro produzir uma sociedade incapaz de atribuir qualquer valor a Shakespeare. Suas obras passariam a parecer absolutamente estranhas, impregnadas de modos de pensar e sentir que essa sociedade considerasse limitados ou irrelevantes (p.7).

A partir do que foi exposto é possível inferir que a literatura é carente de definição precisa. Cotidianamente este fato é perceptível a partir de alguns paradoxos. Por que as narrativas aventurescas de Hemingway são consideradas boa literatura? E as narrativas sentimentais dos romances de “banca de revista” são consideradas má literatura? A questão fica em aberto. No entanto, o que se pode perceber é que no mundo da literatura há relações de poder que aparentemente invisíveis. Mas que o estudioso dotado de certa perspicácia é capaz de enxergar.

Percebe-se que a literatura, do ponto de vista teórico, carrega vários problemas. Do ponto de vista real a situação muda. A literatura não é mais aquele conjunto de escritos que não possuía - ou possui - nenhuma função na vida em sociedade. Ao contrário do que se pensa a literatura tem um caráter político. O que é lamentável neste fato é que a produção literária é apropriada por uma minoria, e utilizada de acordo com os interesses desta. Sobre o relativismo em torno dos escritos, a ótica de Eagleton (2006) é:

Os critérios do que se considerava literatura eram, em outras palavras, francamente ideológicos: os escritos que encerravam os valores e “gostos” de uma determinada classe social eram considerados literatura, ao passo que uma balada cantada nas ruas, um romance popular, e talvez até mesmo o drama, não o eram (p.25).

Os critérios a que se refere é a Inglaterra do séc. XVIII, ou seja, um país em recuperação da guerra civil. É dentro deste contexto que se dá a I Revolução Industrial. Em outras palavras, tratava-se de um território que enfrentava uma crise interna e necessitado de plasmar uma identidade. Uma das fontes para formação desta era a literatura. É a instituição

literatura que tornou possível a aproximação entre classes sociais distintas, imbricada nos viés da civilização, ainda na visão de Eagleton (2006, p. 26):

Com a necessidade de se unificarem à aristocracia governante as classes médias, cada vez mais poderosas, embora espiritualmente bastante empobrecidas, de se difundirem costumes sociais refinados, hábitos de gostos “corretos” e padrões culturais comuns, a literatura ganhou uma nova importância.

Vive-se atualmente a era da imagem, mas há alguns séculos o que predominava era a escrita. É fato notório a importância que alguns livros ganharam para alguns segmentos da humanidade a Bíblia para os cristãos, o Alcorão para os muçulmanos, entre outras obras que deixaram seus traços na história.

A importância social que a literatura traz em sua essência pode ser analisada quando alguns segmentos da sociedade se apropriam do discurso literário em proveito próprio. Este pensamento ganha um melhor delineamento na seção 3.1 que trata, entre outros temas, da forma como uma minoria pode construir a imagem de uma região, utilizando como principal suporte a literatura e as artes plásticas.

Aqui, foi abordado as peculiaridades de um campo muito abrangente, ou seja, a literatura. A partir do que foi apresentado nesta parte ficou claro o quanto há de problemático em uma simples ideia utilizada no cotidiano. A parte seguinte tratará de um segmento novo na ciência geográfica e que se utiliza da literatura como fonte para as pesquisas: a Geografia Cultural.

1.2 Novo tempo na Geografia: a vertente cultural

A Geografia Cultural é um ramo “novo” dentro da ciência geográfica. A cultura é parte da Geografia, desde o século XIX. Ficou esquecida durante muito tempo por vários fatores. Esta seção propõe-se a esclarecer o porquê do esquecimento dos estudos culturais e explanar sobre o valor da cultura no interior da ciência geográfica. Abordando estudiosos e reflexões que foram - e são - significativos dentro desse campo em estudo.

A Geografia recebe estatuto de ciência no séc. XIX. As proposições em voga originavam-se do positivismo. A ciência era a panaceia da humanidade. Diversas instâncias da sociedade submetiam-se as proposições científicas do positivismo². A história mostrou que

² O entusiasmo com a ciência era impressionante, este fenômeno acaba por influenciar a religião da época. Nesta fase da humanidade o Kardecismo vem à publico. A religião é criada das ideias de Allan Kardec (pseudônimo de

as ciências, juntamente com o positivismo, eram dotadas de limitações sérias e insuficientes para resolver todos os impasses da humanidade. Abbagnano (2007) sintetiza o positivismo assim:

Foi adotado por Augusto Comte para a sua filosofia e, graças a ele, passou a designar uma grande corrente filosófica que, na segunda metade do século XIX, teve numerosíssimas e variadas manifestações em todos os países do mundo ocidental. A característica do positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível (p. 909).

Esta fase da história teve seus avanços e retrocessos, como qualquer outra. Neste período os Europeus iniciam a colonização dos países afro-asiáticos. Impondo valores alienígenas a estes povos. O europeu era o “mascate” do desenvolvimento, chegavam a terras como a Índia e/ou a África, levando os valores “elevados” para os povos ditos inferiores. Não queriam nada em troca, somente os recursos naturais e que os povos comprassem as mercadorias produzidas na metrópole.

É nesta efervescência que a Geografia Cultural adquire reconhecimento. O difusor é o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) intitulando o novo ramo científico como antropogeografia. A ciência geográfica existia e foi denominada Geografia Humana. Claval (2007) tipifica a antropogeografia assim:

Três princípios guiam-no 1) a antropogeografia descreve as áreas onde vivem os homens, e as mapeia; 2) procura estabelecer as causas geográficas da repartição dos homens na superfície da Terra; 3) propõe-se a definir a influência da natureza sobre os corpos e os espíritos dos homens (p.21).

A crítica a Ratzel é dispensável. O contexto intelectual da época afirma tudo. Darwinismo, cientificismo, seleção natural estavam na pauta dos cientistas do século XIX. O estudioso Ratzel não foge desta ordem. A Origem das espécies³, escrita pelo naturalista Charles Darwin atraiu Ratzel. O alemão dividiu os povos entre superiores e inferiores.

A este maniqueísmo Ratzel dedicou estudos aprofundados para comprovar as diferenciações entre os povos. O cientista acreditava no fator ambiente para determinar tais distinções. Nestes termos, povos civilizados eram aqueles que dispunham de técnicas para

Léon Denizard Rivail). Como toda religião, propunha-se a explicar o que acontece após a morte. Com um diferencial, tentava colocar a lógica da ciência dentro da religião.

³ Talvez as ideias de Charles Darwin, sejam as mais incompreendidas pela comunidade científica. Darwin escreve a Origem das espécies tentando explicar os animais abaixo da escala evolutiva do Homo Sapiens. Mesmo assim a obra foi utilizada com fins diversos da proposta darwiniana. Estudiosos aplicaram à vida em sociedade dos seres humanos. Este equívoco culminou nas teorias que pregavam a existência de sociedades superiores e inferiores. É o claro exemplo dos danos causados por teorias incompreendidas.

dominar o espaço. Na outra ponta, os primitivos com técnicas rudimentares demais para “adestrar” o ambiente em que viviam.

O legado ratzeliano apoia-se na cultura apesar de apresentar sérias limitações. A cultura dos povos é circunscrita a utilização das técnicas no contexto espacial. A linguagem, atribuição essencial para disseminação dos saberes, estava ausente da antropogeografia de Ratzel. O centro das atenções era a técnica e os aspectos materiais das diferentes civilizações distribuídas pelo globo terrestre.

O tratamento dispensado a cultura, pelo geógrafo alemão, carece de melhor entendimento. Era fruto da época em que foi constituído e impregnado do cientificismo vigente. O aperfeiçoamento da antropogeografia - como toda ciência - será empreendido pelos sucessores. A tarefa iniciada pelo geógrafo era extensa demais para ser concluída por um cientista sozinho.

Entre os objetivos deste trabalho está a exposição dos fundamentos da Geografia Cultural. Subjacente aos estudos culturais em Geografia, emerge o controverso conceito de cultura. Tal fenômeno perpassa todas as civilizações que povoam ou povoaram a Terra. O que é a cultura? A resposta é perseguida desde a institucionalização das ciências humanas e tem provocado muitas discussões. O conceito está para antropologia assim como o espaço, para a Geografia. Também é utilizado por outras ciências humanas.

A compreensão da cultura mostra-se escorregadia, também, para os Geógrafos. Apesar desse impasse a geógrafa Linda McDowell (1996), oferece uma concepção abrangente acerca da cultura:

Cultura é um conjunto de idéias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e a sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Idéias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de idéias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (p.161).

A discussão sobre cultura não termina com a geógrafa. A contribuição da estudiosa atende muito bem as inquietações da Geografia Cultural dos dias atuais e deste escrito. As aspirações dominantes hoje são diferentes dos primórdios dos estudos culturais em Geografia. Para alcançar tal amplitude a corrente cultural reclamava um disseminador dotado de ideias avançadas e têmpera suficiente para resistir a reflexões opostas.

Se a perspectiva de McDowell é concisa e silencia diversas queixas relacionadas a cultura. O mesmo não pode se afirmar em relação a Carl Ortwin Sauer (1889-1975) e a escola fundada por este cientista: A Escola de Berkeley. De antemão deve-se frisar à propagação da

Geografia Cultural a “Escola de Sauer”. Segundo Claval (2007) “a geografia cultural teria sido completamente negligenciada se não tivesse sido celebrizada por Carl O. Sauer (1889-1975)” (p. 29).

O arcabouço intelectual de Sauer é constituído de estudos - aparentemente - incapazes de atravessar, as primeiras décadas do século XX. Foram forjadas e traziam, no nascimento, atenção ao consumo despreocupado dos recursos naturais. Esse fenômeno e outros analisados a partir daqui deram evidência a Geografia Cultural. Mantendo o legado dessa forma de compreender o espaço.

Segundo Claval (2007), Carl Sauer tem origem norte-americana com raízes na Alemanha. Na juventude os pais do geógrafo enviam-no a Alemanha para estudar. No país germânico toma contato com a Geografia e as ciências naturais. De volta ao país de nascimento, leciona primeiro na Universidade de Michigan e depois é alçado a condição de professor titular, na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Em Berkeley o cientista ganha maturidade intelectual, travando contato com o antropólogo Alfred Louis Kroeber (1876-1960). Tal parceria ganha tons de absurdidade. A ciência geográfica sempre manteve relacionamento com as ciências naturais, é o primeiro contato com outra forma de explicar o mundo⁴. Tal relação com a antropologia gerou uma parceria incomum e produtiva. Claval (2007) pontua assim, esta interação:

Sauer deve muito à aproximação com a antropologia americana. Mostra-se crítico em relação às civilizações modernas, que considera dessecantes sobre o plano humano e indiferente à natureza. A Geografia limita-se, entretanto, para ele, aquilo que é legível na superfície da Terra. Como os geógrafos alemães, ignora as dimensões sociais e psicológicas da cultura (p. 30).

A herança deixada pela Escola de Berkeley, para a Geografia Cultural, é estampada na denominação. Antes da escola de Sauer, os estudos sobre cultura no contexto espacial, eram dispersos. A compartimentação se dava na esfera do idioma: francês (Vidal de La Blache; Jean Brunhes; Pierre Deffontaines) e alemão (Friedrich Ratzel; Otto Schluter). Nestes termos a existência de sistematização em Geografia Cultural era improvável.

A Escola de Berkeley trouxe novas preocupações para a Geografia. A preservação do meio-ambiente é bem pronunciada. O foco da escola em questão foi mantido durante muito tempo. A Geografia ocupava-se, entre outras funções, estudar as sociedades de etnólogos. A Escola enfoca a ecologia e ocupa-se dos povos sem escrita. Estes não dispunham de técnica suficiente para causar danos à natureza.

⁴ Apesar dos estreitos laços com as ciências naturais, a Geografia nasce como uma ciência humana. Ratzel intitulava a ciência que estuda o espaço como Geografia Humana.

A vitalidade de uma ciência está condicionada à validade do instrumental teórico. À medida que a humanidade sofre mudanças as concepções precisam acompanhá-las. Apesar desse fenômeno, há conhecimentos que buscaram legitimidade.

A Geografia Cultural padecia da falta de legitimidade de conceitos presentes nessa corrente. Aquela não acompanhou o alargamento da(s) realidade(s) perante as promessas da modernidade. A corrente é gestada no calor da mudança de paradigmas. A Europa, em grande parte, havia empreendido a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade calcada na urbe. Os povos sem escrita, juntamente, com os agrários eram varridos do mapa. Para ceder espaço à cidade. Metaforicamente, a Geografia Cultural não conseguiu encontrar a cidade. Antes da urbanização ocorrida nas diversas frações do ecúmeno, a vertente Cultural conseguia entender com maestria os povos tribais e/ou agrários. A Geografia e o segmento cultural não teve fôlego suficiente para entender a cidade.

Antes de prevalecer a má interpretação da próxima passagem. Deve-se fazer uma ressalva: o estudioso tratado a seguir não contribuiu sozinho, para o insucesso da Geografia Cultural. Ele somente cunhou um conceito incapaz de alcançar o mundo real. Isso serviu como pretexto para expor as fragilidades da Geografia Cultural. Trata-se de equívoco culpar determinado estudioso pela crise nos estudos culturais na ciência geográfica ou em outras ciências. É parte do fazer científico o aflorar de crises. É neste momento que a ciência se recicla, mediante o repensar gerado pelos momentos de declínio. Eventualidade ocorrida na Geografia Cultural. Nenhum sujeito é capaz de colocar sozinho a ciência na berlinda.

Paul Vidal de Lablache (1845-1918) é um dos mais conhecidos geógrafos de língua francesa. Contemporâneo de Ratzel, a ciência de Lablache enveredou por caminhos diferentes do, trilhado geógrafo alemão. Esta originalidade é suficiente para o geógrafo Paulo César da Costa Gomes, dedicar um capítulo em *Geografia e Modernidade*, intitulado “Vidal: um cruzamento de influências”. O geógrafo francês optou por contornar o determinismo vigente na ciência do seu tempo. Para Lablache, o homem abandona a condição de objeto do meio. É alçado ao status de protagonista na transformação do ambiente habitado. Gomes (1996), expressa essa “nova” posição do homem no pensamento lablacheano assim:

Ela tem um papel central na organização do meio. Enquanto que, para o determinismo, o homem era apenas um elemento entre os outros, com Vidal, ele se faz mestre dos outros, pois se adapta à natureza e a transforma em seu próprio benefício (p. 200).

De acordo com o exposto, as proposições do geógrafo francês não se encerram com esta visão diferenciada do elemento antrópico. O geógrafo em foco apresentou ideias

recorrentes ao longo de sua obra: organismo, meio, ação humana e gênero de vida são as contribuições para enriquecimento da Geografia. Indo mais além, Lablache é criador de um método constituído de três proposições: observação (descrição), comparação e conclusão.

O instrumental criado por Lablache subsistiu a diversas crises enfrentadas pela Geografia. Há quem faça acusação ao método do cientista, por tratar-se de uma técnica que reduz a ciência geográfica a mera descrição do espaço. Os detratores da “ciência lablacheana” sofrem desta visão reducionista. Gomes (1996), ressalta facetas diferenciadas do pensamento do estudioso francês:

Vidal não se restringiu a descrever realidades, ele também criou categorias, noções gerais interligadas que constituem a própria base de seu discurso teórico. A análise destas categorias e de seu papel pode, pois, revelar certos aspectos negligenciados da epistemologia vidaliana (p. 198).

A proposta científica vidaliana é responsável pelo enriquecimento da Geografia Cultural. Ainda hoje, o método descritivo do francês é utilizado pela corrente dissertada neste escrito. Mesmo contando com tanta originalidade ele difundiu uma reflexão que deu notoriedade e serviu para mostrar o ponto nevrálgico da Geografia Cultural. Por mais original que fosse, o pensamento de Lablache apresentava lacunas.

É o conceito de “gênero de vida” que conferiu êxito as reflexões vidalianas. Foi esta ideia, também, a responsável por menoscar a corrente cultural. A categoria em lente encaixava-se perfeitamente ao “mundo” do século XIX. A consolidação das propostas da modernidade, concluídas no século XX são muito grandes para serem abarcadas pela categoria disseminada pelo intelectual.

Adaptação é a palavra útil para entender a ideia de gênero de vida. As civilizações concebiam formas peculiares de intervir no espaço. A consolidação desse processo denomina(va)-se gênero de vida. Inclui os instrumentos e a técnica empregada na interação com o ambiente. As fissuras da Geografia Cultural ficam patentes a partir da análise mais aguçada das proposições presentes na formulação discutida aqui. Esta visão explicava perfeitamente as sociedades pré-industriais. Compartimentar os povos da Terra em agricultores ou pastores fazia todo sentido antes das duas revoluções industriais.

A mecanização da agricultura; a necessidade de moradia fixa; por parte dos povos nômades; entre outros motivos. Operou mudanças significativas nas sociedades e por extensão a obsolescência dos estudos de Lablache. As indústrias e a utilização de máquinas no campo homogeneizaram o espaço. Esse evento funcionou como o primeiro golpe nos estudos culturais na Geografia. As adversidades da Geografia Cultural não paravam de surgir. O êxito

da Escola de Berkeley, na segunda década do século XX, não barrou a crença na falta de objetividade da Geografia Cultural. Correntes como a teorética e a crítica ameaçavam o legado da Geografia Cultural.

A Geografia Teorética, aparelhada por infalíveis modelos matemáticos, prometia toda a objetividade almejada pela ciência geográfica. Andrade (1986) decodifica a corrente teorética com as seguintes palavras:

Esta corrente destacou-se por usar em larga escala os modelos matemático-estatísticos, desenvolvendo diagramas, matrizes e utilizando sempre a análise fatorial e a cadeia de Markov. Rompeu inteiramente com a Geografia Clássica e se apresentou como Nova Geografia, sem ligações com o pensamento tradicional, apresentando grandes formulações nomotéticas que facilitavam o uso das estatísticas (p. 107).

Infere-se que o messianismo também está presente na ciência. A corrente citada visava salvar a Geografia e reconstruí-la. A teorética não conseguiu atingir seu objetivo. A frieza dos números coisificava o objeto de estudo da ciência geográfica. Isso abriu precedente para uma corrente que predominou até o fim do séc. XX: a Geografia Crítica. O *homo rationalis* organizado em sociedade alcançou inúmeras conquistas. Dentre elas a capacidade de enfrentar adversidades. A vida em agrupamentos trouxe também ônus. A desigualdade entre semelhantes é a mais evidente. A propriedade dos meios-de-produção é o fator diferenciador. De um lado os detentores do capital, de outro os vendedores da força de trabalho.

As discrepâncias econômicas foram o leitmotiv da corrente crítica, também chamada Geografia Crítica ou Radical. Os geógrafos desta corrente ocupavam-se em analisar as desigualdades sociais. Cobia à Geografia “arregaçar” as mangas e engajar-se em um novo projeto de sociedade. Para eliminação das diferenças socioeconômicas entre os diferentes membros da sociedade. Tudo obedecendo aos estatutos do marxismo. A Crítica (Geografia) estava muito ocupada em salvar a humanidade. A profecia não se cumpriu. A principal alternativa ao capitalismo, caiu. A URSS chegou ao fim no começo da década de 1990. A queda do bloco soviético trouxe à tona as arbitrariedades presentes no socialismo real. Acabava a dicotomização do mundo. O capitalismo venceu, mas não sozinho. As diferenças religiosas, culturais, étnicas que foram esquecidas durante a Guerra Fria, voltavam a ordem do dia.

A Geografia Crítica se mostrou ineficaz para compreender a riqueza cultural da atualidade. Chegou a vez, novamente, da Geografia Cultural entrar em cena. A corrente em estudo voltou fortalecida. Os anos de ostracismo fizeram bem a corrente cultural. Se a

preocupação primordial da Geografia Cultural, era com os aspectos materiais. Hoje isso permanece na pauta, acrescido de outras ideias.

A Geografia cultural pode ser dividida entre tradicional e nova. Entre estas duas fases houve uma crise, que acabou por renovar as direções tomadas pelo campo. Se, na corrente tradicional a ocupação era com os povos sem escrita ou os gêneros de vida. A Nova Geografia Cultural passou por adaptações frente à marcha da história.

Até a década de 1970 a Geografia na sua vertente cultural, tinha sua produção científica atrelada ao projeto da modernidade. Desta maneira a Geografia Cultural era pautada em atributos como a razão, objetividade e outras palavras atreladas ao discurso da modernidade. A partir da percepção de que o projeto da modernidade era infinitamente menor do que a complexidade do mundo. É que começam a surgir trabalhos geográficos com ênfase em noções desprezadas pela ciência moderna.

Neste momento o espaço pode ser estudado de outras perspectivas. A subjetividade contida no espaço agora se faz presente nos trabalhos de Geografia. Para se estudar o meio não basta mais a objetividade científica proposta pelos positivistas. Assim as fontes de pesquisa na Geografia são ampliadas. Entra em cena objetos como a literatura. O lugar necessita de interpretação para ser compreendido.

A subjetividade ganha um novo significado. O mito da neutralidade científica declina. E os atores sociais ganham voz. O modo como os componentes da sociedade percebem o espaço adquirem importância significativa no contexto da geografia cultural. Palavras como representação, discurso, fenomenologia passam a fazer parte do instrumental da Geografia. A ciência geográfica praticada anteriormente deixava de lado a individualidade do sujeito. A Geografia Cultural renovada passa a dar voz as peculiaridades dos membros e autores das reconfigurações espaciais. Os geógrafos Corrêa e Rosendahl (2003) sobre o processo acrescentam:

No processo de renovação e revalorização da geografia cultural diversas influências se fazem presentes. De um lado, a própria tradição saueriana e o legado vidaliano. De outro, a influência das filosofias do significado, especialmente da fenomenologia, e do denominado materialismo cultural de Raymond Williams. Um grande relacionamento com as humanidades em geral enriqueceu a geografia cultural. A geografia social também se constitui em um dos ingredientes a partir dos quais se revigora a geografia cultural (p. 12).

A nova organização da Geografia Cultural permite o aproveitamento de variadas fontes. Este trabalho é fruto das possibilidades oferecidas pela corrente em estudo. Os documentos escritos servem de ponto de partida para estudos nesse campo. O romance analisado aqui é filho d'A Semana de Arte Moderna e será objeto do próximo tópico.

1.3 A aridez do romance de trinta

O romance analisado neste trabalho é publicado em 1928. É a obra que atende aos anseios da criação de uma literatura “autenticamente” nacional. Esse tipo de produção escrita não surge espontaneamente, mas motivada por eventos ocorridos no início da década de 1920. *A bagaceira* é enquadrada no romance de 30.

A proposta deste tópico é trazer esclarecimentos acerca deste marco artístico. Situa-lo historicamente e expor as propostas dessa modalidade de romance. Fazer entendê-lo como desdobramento dos anseios de artistas e intelectuais, descontentes com a vida cultural brasileira. O imperativo é resumir essas manifestações em consonância com este trabalho. Os diferentes matizes ideológicos foram colocados em segundo plano. A importância das tendências é inegável. No entanto, não fará parte das explicações a seguir.

A produção literária autenticamente nacional se dá na década de 1920. As obras anteriores a 1920 carregavam forte influência das escolas europeias. O conteúdo das narrativas estava preso ao olhar do europeu. Macaquear era o verbo que melhor exprimia os autores antes do decênio em questão. O pré-modernismo suscitou esses anseios, mas estes se concretizarão com as repercussões dos modernistas na arte. Brum (1999) apresenta o evento assim:

O modernismo foi um processo de renovação estética. Uma ruptura com o passado, a partir de uma nova concepção de arte e literatura. Rejeitava “a dependência cultural da produção estética nacional em relação às matrizes europeias”, bem como atacava “os padrões acadêmicos da poesia parnasiana e da prosa pós-naturalista”. (p. 185)

A transição da literatura “macaqueada” dos europeus, para a produção brasileira, é marcada por um evento conhecido nacionalmente: A Semana de Arte Moderna, de 1922, realizada na cidade de São Paulo-SP, durante os dias 13, 15 e 17 de fevereiro. O leitmotiv d’A Semana era a criação de uma produção artística - pintura, escultura, música, literatura, poesia - dotada de feições brasileiras.

O acontecimento teve como organizadores os artistas Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral e Villa-Lobos. A organização do evento focou na apresentação de novas linguagens no campo da arte. As exposições foram pontuadas por manifestações contrárias por parte do público. Estes acostumados com o classicismo europeu estranharam as novas maneiras de fazer música, poesia, pintura e afins.

A iconoclastia permeou A Semana. O documento de criação do modernismo brasileiro é chamado “manifesto antropofágico”, escrito por Oswald de Andrade. Nas primeiras sentenças do escrito, aparece a frase *tupi, or not tupi that is the question* (tupi ou não tupi, eis a questão). A frase satiriza a fala de um personagem criado pelo dramaturgo William Shakespeare. E diz muito sobre o enfado dos artistas d’A Semana com a arte clássica europeia.

Esse é um breve panorama da arte do Brasil, no segundo decênio do século XX. A festa do modernismo foi organizada em meio a mudanças em outras esferas. As artes assim como a economia e a sociedade buscavam mudanças. Ao se referir aos eventos relacionados A Semana, é costumeiro ressaltar a sociedade e a economia da época. Tal enfoque é relevante, sim. A produção artística é vinculada, em certos pontos, a pujança econômica.

O assunto em tela é exemplo disso. A Semana de Arte Moderna aconteceu em São Paulo. Situado no sudeste, centro econômico e político do país. É importante frisar que o movimento tinha nas fileiras a elite intelectual e econômica do país. Os mentores do movimento mantinham estreita relação com a arte de vanguarda da Europa.

As inquietações não foram meros insights artísticos. A Europa esteve presente sob os signos do surrealismo, dadaísmo, futurismo, psicanálise e foram elementos norteadores do Modernismo brasileiro. O mecanismo diferenciador é a preocupação em criar uma arte voltada para a realidade brasileira.

Exposta as dimensões do movimento modernista, afloram fatores deixados de lado por outros acadêmicos. A indústria cultural da década de 1920 é um deles. A relevância desse assunto é grande o suficiente para ser tratado secundariamente. A produção artística requer plateia, para que exista a discussão dos rumos da vida cultural e artística. Tal fenômeno merece atenção. A difusão da arte necessita da indústria cultural para sobreviver esteticamente e culturalmente.

A importância do evento é inegável, apesar disso deve-se destacar o caráter dessa manifestação artística: restrita a uma minoria privilegiada. A Semana figura ao lado de outros assuntos da sociedade brasileira. A transição do Brasil monarquia para o republicano assemelha-se ao conteúdo restrito d’A Semana de Arte Moderna.

A república é proclamada verticalmente. “Os donos do poder” entenderam o Brasil império como uma instituição ultrapassada. O resultado é a proclamação da nova forma de governo. O povo teve participação passiva nessa transformação da vida política brasileira. Fenômeno semelhante ao ocorrido nas inquietações culturais do segundo decênio do século XX.

O fenômeno é recorrente na vida social, política e cultural brasileira. As metamorfoses são operadas por uma minoria “apta” a decidir sobre os rumos do país. Sérgio Buarque de Holanda (1995) percebeu essa manipulação. Pontuou que certos segmentos da sociedade brasileira detinham o privilégio de pensar diferente do *status quo*:

Tão incontestado, em realidade, que muitos representantes da classe dos antigos senhores puderam, com frequência, dar-se ao luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo de empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso de nossa história (p. 73).

Ao discorrer sobre A Semana de Arte Moderna traz à tona infindáveis questionamentos. O alcance das propostas d’A Semana; o suporte responsável pelas ideias do movimento. Ao restringir essas indagações à literatura, as respostas começam a brotar. Uma das proposições d’A Semana era rever a literatura e poesia produzidas no Brasil.

Tomando o caso da produção literária e poética brasileira, de modo isolado, permite-se dimensionar as repercussões do evento citado. Esse tipo de produção artística requer um mercado editorial para confecção e publicação de livros ou objetos do gênero. A publicação de livros na década de 1920 era algo irrisório. Equivalente à produção editorial da França no período da revolução. Ortiz (2001) apresenta estatísticas sobre o mercado editorial da época:

Na França, o movimento editorial passou de setecentos a mil títulos anuais, no Antigo Regime, para 7658, em 1850, e 14849 títulos em 1889. Os *best-sellers* brasileiros da década de 1920 dificilmente poderiam ser comparados aos livros mais vendidos na época do romantismo francês [...], muito menos com a indústria editorial francesa do final do século, apoiada pela revolução dos transportes (estrada de ferro), redefinição do parque tecnológico, desenvolvimento das redes de livraria etc. (p. 187).

Os vanguardistas que buscavam renovar a arte brasileira eram cidadãos de um país em fase de mudança. Se o Modernismo estava chegando às artes, o mesmo não podia se afirmar sobre a sociedade e a economia da época. Ortiz (2001) percebe que existia falta de sincronia ou algo equivalente entre as inquietações d’A Semana e a sociedade em geral. “Esquece-se, muitas vezes, de que entre nós o modernismo ocorreu sem modernização, o que significa a presença de um hiato entre as intenções do movimento e a própria sociedade que lhe dá sustentação” (p. 190).

A indústria cultural e os meios de comunicação eram incipientes. A difusão do conhecimento e das artes engatinhava. Jornais e livros figuravam como artigos de luxo. O acesso a esses bens serve para diferenciar o quão é avançada uma sociedade. Ortiz (2001) traz esclarecimentos acerca desse fenômeno:

Os meios de comunicação são constitutivos da modernidade, eles atuam como mediações entre as distintas partes que constituem as sociedades modernas (...). A

produção e a distribuição restrita de livros e jornais constituem um traço específico das sociedades periféricas, das quais o Brasil não foge à regra. (p. 186-187).

O que faz supor as restrições mencionadas por Ortiz? O Brasil d'A Semana “ostentava” uma multidão de analfabetos. Segundo o mesmo autor, os iletrados do Brasil de 1920 atingia o alarmante índice de 75 % da população. Cifra que induz à reflexão sobre o atraso da sociedade brasileira da época

A leitura nos países pouco alfabetizados tem um apelo insignificante. As proposições e as manifestações da arte moderna, em solo brasileiro, eram restritas a um clube seletivo. A propagação do conhecimento (incluído aqui a arte) cabia a meios-de-comunicação emergentes, o rádio era o expoente. O Brasil da década de 1920, onde mais de 2/3 da população padecia do analfabetismo. A disseminação da produção intelectual ou artística analisada estava fadada ao fracasso.

A ressonância dos apelos modernistas assemelhava-se a “discussão entre amigos”. Fazendo uma conexão entre esta sentença e os estudos de Renato Ortiz sobre cultura, pode-se destacar o Brasil da época de modo análogo a ilhas de prosperidade ou miséria. Conforme o autor:

O território nacional, longe de se constituir numa unidade geográfico-cultural, a rigor, seria mais bem compreendido como sendo um arquipélago de práticas sociais, interesses e poderes. É dentro desse contexto que devem ser situados os meios de comunicação cultural, particularmente a imprensa, os livros e o cinema (2001, p.186)

Ainda referenciando A Semana. É dever deste trabalho recordar o papel do sudeste, na figura de São Paulo, a imagem deste recorte espacial como locomotiva e ilha. Cabe aqui esclarecer o porquê de utilizar objetos para delinear a conjuntura socioeconômica da época. Locomotiva por que o sudeste puxava o país rumo ao desenvolvimento e crescimento. De acordo com o imaginário, as demais regiões do país eram inertes e careciam de um mecanismo para abandonar esse estado.

A figura da ilha diz muito, o país preparava-se para ganhar feições urbanas e industriais. O sudeste era a região arquipélago, porto-seguro das regiões “naufragadas”. Vale lembrar que a região Nordeste deixa de ser o centro econômico do país no século XIX. Aumentando a importância da região Sudeste em detrimento das demais.

Efetuada a desmistificação de pontos frágeis d'A Semana. A atenção volta-se para o “romance de trinta”, “romance social” ou, também chamado, neorrealismo. As denominações são muitas, sempre relacionadas a década de surgimento ou os problemas sociais representados nas obras. O movimento tem como iniciador o romancista José Américo de

Almeida, a obra é *A bagaceira*. No romance está presente a temática da seca e da desigualdade social.

Restringir o romance de trinta a região Nordeste ou ideias relacionadas, é cair em reducionismo. Embora os romancistas dessa vertente sejam, em grande parte, nordestinos (Rachel de Queiroz; Jorge Amado; Graciliano Ramos; José Lins do Rego) há sutilezas merecedoras de um olhar mais apurado.

Graciliano Ramos mesmo pertencendo ao romance social, orientava sua obra no sentido de colocar o sofrimento dos personagens como algo universal. O espaço é somente o local onde as contrariedades acontecem, causados pelas relações desiguais entre seres semelhantes, diferenciados pelo fator socioeconômico.

É engano crer no romance de trinta como mensageiro das agruras da sociedade nordestina. Essa é somente uma das facetas dessa produção literária. Mesmo assim a categoria recebeu o estigma de retrato da miséria. Concepção errônea, o romance da década de 1930 abrigava obras voltadas para a sondagem psicológica ou intimista (Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Cyro dos Anjos e outros) e a vertente dissecada nesse estudo.

Dos autores considerados regionalistas, Érico Veríssimo foge à regra. Nascido no Rio Grande do Sul, Veríssimo tornou-se conhecido pela trilogia *O tempo e o vento*. Romances que narram a saga do surgimento do estado natal do autor. O escritor é enquadrado no romance de 30. É a prova da diversidade presente na obra publicada na década de 1930. Bosi (1993) delinea as sutilezas presentes na produção literária dessa época:

Entre 1930 e 1945/50, *grosso modo*, o panorama literário apresentava, em primeiro plano, a *ficção regionalista*, o *ensaísmo social* e o *aprofundamento da lírica moderna* no seu ritmo oscilante entre o fechamento e a abertura do *eu* à sociedade e à natureza (Drummond, Murilo, Jorge de Lima, Vinícius, Schmidt, Henriqueta Lisboa, Cecília Meireles, Emílio Moura...). Afirmando-se lenta, mas seguramente, vinha o *romance introspectivo*, raro em nossas letras desde Machado e Raul Pompéia (Otavio de Faria, Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, José Geraldo Vieira, Cyro dos Anjos...): todos, hoje, “clássicos” da literatura contemporânea, tanto é verdade que já conhecem discípulos e epígonos (p. 434).

A apreciação acima é suficiente para caracterizar as múltiplas faces da literatura da época. Para finalidade desse estudo, o que interessa são os escritores ocupados nas relações viciadas da sociedade. Os vanguardistas do modernismo buscavam uma produção literária elaborada no Brasil e voltada para este. Os regionalistas executaram esse projeto ressaltando as exceções acima.

Há muitas críticas a fazer aos regionalistas, e são feitas no tópico 3.1 a partir dos questionamentos de Albuquerque Júnior (1999 e 2007). Mesmo assim os autores do romance social (os nordestinos) deram seu acréscimo à elaboração do retrato das regiões brasileiras.

Reportamo-nos aos dados citados acima, a arte no Brasil se modernizou o país é que era tradicional e arcaico. A região Sudeste auto intitulou-se geradora de um país moderno sem encontrar correspondência entre o discurso e a realidade. Mesmo recebendo críticas negativas o romance social atendeu aos chamados modernistas, ao retratar o Brasil desconhecido e miserável, afastado dos grandes centros.

A presença do vocábulo aridez na titulação do presente tópico refere-se ao estigma do romance de trinta. A palavra demarca a temática do romance social, as diversas privações sofridas pelas camadas miseráveis da sociedade. Longe de ser uma década árida, do ponto de vista literário, foi produtiva, os personagens e espaços presentes eram secos. No sentido de retratar desesperanças de grupos sociais à margem da sociedade.

Gerou-se um discurso para destacar os romancistas do neorrealismo. Albuquerque Júnior (1999) expressa o falar acerca dos romancistas assim: “A crítica literária passa a explicar até mesmo o estilo dos autores nordestinos, a partir das imagens ligadas a este espaço. Os autores são áridos, secos, pontiagudos, lembram o deserto, o cacto” (p.108).

Excetuada as peculiaridades dos autores acima, o romance de 30 possui algumas características gerais. Capazes de distingui-lo da produção literária da mesma época. Ou seja, o romance social do seu contemporâneo, o romance intimista. Dentre os traços caracterizadores da produção aqui dissertada estão: enfoque nos tipos marginalizados da sociedade; preocupação com as adversidades climáticas da região Nordeste (leia-se a conhecida seca, estiagem ou palavras correlatas); origem nordestina da maioria dos romancistas; temas voltados para os ciclos da cana-de-açúcar e do cacau (Jorge Amado é o único a tratar desse ciclo econômico típico da Bahia).

O romance de 30 ou social e as ambições desse grupo, é demarcado por Santos (2008) nos termos a seguir:

Esse grupo de escritores buscou desvelar os olhos da sociedade brasileira para a situação precária que vitimava alguns brasileiros. Devido a isso, os artistas privilegiaram uma temática que buscasse retratar fielmente as mazelas sociais que o povo humilde vivenciava, chamando, assim a atenção para o problema socioeconômico das secas e a luta de classes que giravam em torno do açúcar e do cacau. Enfim, ao trazer tais personagens à cena romanesca, os escritores buscaram discutir o papel social da literatura. a mudança de postura dos intelectuais tencionava uma tomada de consciência por parte da população, o que acarretaria em uma ruptura com a realidade social que protagonizavam, repercutindo de forma favorável em outros países (p. 33).

A autora demonstra entusiasmo pelos romancistas discutidos aqui. Ela foca a questão no engajamento dos autores. Conforme o segmento 3.1 deste trabalho, a questão é bem mais complexa do que coloca Santos (2008). Se os autores do romance de 30, especialmente os

nordestinos, engrossaram as fileiras dos intelectuais descontentes, essa atitude disfarçava interesses de classes. Com exceção de Graciliano Ramos, pois sempre deixou claro o posicionamento político, e alguns romances de Jorge Amado, os romancistas da época estavam preocupados com um mundo em esfacelamento. O despedaçar chegava ao litoral, os engenhos de cana-de-açúcar perdiam prestígio econômico e político. Quanto ao espaço do sertão, este sempre foi o *locus* dos desvalidos, da miséria, da migração (de acordo com imaginário construído acerca desse recorte).

Independente do romance social ser engajado ou não, o que percebe-se ainda são grupos sociais capazes de forjar um discurso e outros dispostos a acreditar em tal construção. O presente tópico é uma breve apresentação dos desdobramentos d' A Semana de Arte Moderna, expressas no romance social. O próximo tema objetiva dissertar sobre a vida e obra de José Américo de Almeida, autor do romance tratado neste trabalho.

II PARTE - O AUTOR E A OBRA

2.1 O autor

Nesta parte é necessário a elaboração de um esboço biobibliográfico do autor da obra analisada nesta monografia. As vivências do escritor, em alguns casos, são vislumbradas na produção escrita do ficcionista. É o que afirma o dramaturgo Tennessee Williams (s.d) no seguinte aforisma: “se o texto é honesto, você não consegue separá-lo do escritor”. A finalidade desta parte do estudo é fundamentar algumas conclusões tiradas acerca do autor em relação a obra.

Muitas supressões acerca da vida de Almeida serão feitas. Isso não implica que estes aspectos sejam dotados de menor relevância. Pois, um livro como *A Paraíba e seus problemas* está diretamente relacionado ao lado político do escritor e ao mesmo tempo com o pensamento social. Será evidenciado a obra e os aspectos relacionados ao local de nascimento do autor e seu círculo familiar.

Durante muito tempo o Nordeste teve o cenário econômico-social firmado nas relações presentes na sociedade do açúcar. Eram relações patriarcais as quais tudo era decidido por uma pessoa, o senhor de engenho e num espaço, a casa-grande. Este espaço era o epicentro dos engenhos. Cabe aqui uma analogia com os estudos cosmológicos sobre este lugar, a moradia assemelhava-se a importância do sol, orbitando estavam os “outros” corpos menores. Estes constituíam-se dos trabalhadores escravos ou remunerados. A sociedade em questão era pautada na arbitrariedade. As chances de ascensão social eram mínimas. Os casamentos eram realizados entre membros da mesma família para evitar a entrada de pessoas “estranhas” ao seio familiar.

José Américo de Almeida nasce no engenho Olho d’Água, no município de Areia. Este localizado na microrregião do Agreste Paraibano. Tem sua data de nascimento assinalada no dia 10 de janeiro de 1887. Filho do Sr. de engenho Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina Leal de Almeida. Aos 11 anos de idade o garoto perde o pai e passa a residir na cidade de Areia sob os cuidados do tio paterno e sacerdote católico, Odilon Benvindo.

Almeida é filho da elite agrária que dominou o Brasil por muito tempo. Esta minoria teve sua hegemonia iniciada no séc. XVI chegando ao fim na terceira década do XX. Quando Almeida nasce o cultivo da cana-de-açúcar está em fase de decadência no Nordeste. A

escravidão é abolida no ano seguinte ao nascimento de Almeida. É a morte do Brasil rural e o nascimento de um país com características urbanas. Esta nova forma se deve à ascensão da cultura cafeeira no centro-sul. Neste “novo” Brasil surgem novos atores sociais. Bosi (1993) acerca destes protagonistas focaliza que:

Engrossam-se, em conseqüência, as fileiras da pequena classe média, da classe operária e do subproletariado. Acelera-se ao mesmo tempo o declínio da cultura canavieira no Nordeste que não pode competir, nem em capitais, nem em mão-de-obra, com a ascensão do café paulista. (p. 342).

O espaço de nascimento de Almeida pode ser definido pela singularidade. O engenho dos pais de Almeida está localizado no Agreste. A produção açucareira nesta região da Paraíba seguiu uma dinâmica diferente. O açúcar do Agreste é diferente do mesmo produto do Litoral. As relações de produção diferentes e o recorte espacial menor. O Agreste estava subordinado ao Litoral, do ponto de vista econômico.

Em 1904 José Américo ingressa na Faculdade de Direito do Recife, é nesta escola onde o jovem terá acesso a novas ideias que serviram para dar consistência ao pensamento do autor. O centro de ensino serviu de abrigo intelectual as elites dos estados polarizados por Pernambuco. Muitas figuras do mundo das letras passaram por esta faculdade: José Lins do Rego, Sílvio Romero, Araripe Junior, entre outros. A importância da Faculdade de Direito recebe enfoque do historiador Albuquerque Júnior (2007):

Muitos destes intelectuais que pensaram e definiram o que seria o Nordeste e ser nordestino estudaram na Faculdade de Direito do Recife [...], onde entabularam relações de amizade e de cooperação intelectual, que serão fundamentais para que, no momento em que voltam aos seus estados, [...], e assumam cargos de destaque na esfera política ou cultural, partilhem concepções comuns, tenham projetos comuns, como o que chamariam de defesa ou de edificação do que seria a nordestinidade (p. 100).

Os intelectuais formados nesta escola foram responsáveis pela irradiação de concepções que ajudaram a cunhar o imaginário acerca da região conhecida por Nordeste. A academia em questão tinha um caráter aglutinador. A casa de ensino era “ponto de encontro” dos pensadores nordestinos. Era a principal instituição no Nordeste para onde as elites enviavam os filhos para tornarem-se bacharéis. Mais do que um espaço acadêmico, era também, local para discutir o Nordeste.

Em 1923 Almeida entra no mundo das letras pelo gênero literário conhecido como ensaio. A obra é *A Paraíba e seus problemas*. O livro obtém destaque por fazer uma análise dos entraves que dificultavam o desenvolvimento do estado da Paraíba. Abrangendo os aspectos humanos e físicos do estado. A obra foi escrita sob a encomenda de Sólon de Lucena, governador do estado natal de Almeida. Para prestar contas das benfeitorias

empreendidas com as verbas enviadas pelo governo federal, na figura do então presidente do Brasil Epitácio Pessoa. O livro tem simultaneamente um caráter político e técnico.

Após sua incursão pelo ensaio Almeida adentra por outros gêneros literários tais como o romance e a novela. Sempre utilizando os problemas da região Nordeste como mote para suas obras. Romances como *Coiteiros*, *O Boqueirão* abordam, respectivamente, temas como o cangaço e a construção de açudes. Ou seja, temas presentes em grande parte da literatura regionalista. É justamente com a temática regionalista ressaltando o Nordeste açucareiro que o escritor José Américo de Almeida consegue êxito como romancista a partir da obra *A bagaceira*. Romance que retrata o encontro de dois universos: o Sertão e o Agreste. Espaço de luta entre povos diferentes.

2.2 *A bagaceira*: obra ratificadora de um Nordeste conservador

Não é preocupação deste segmento do estudo, o aprisionamento a questões estéticas concernentes ao objeto do presente estudo. O que será encontrado é a análise dos aspectos sociais da obra a luz das teorias contemporâneas. Encontra-se na prosa de Almeida um forte conservadorismo, fruto das teorias predominantes na época de formação de José Américo. O naturalismo e o positivismo eram as lentes para enxergar o mundo.

Em 1928 Almeida, publica o romance de cunho regionalista intitulado *A bagaceira*. É descoberto pelo crítico literário Tristão de Ataíde - Pseudônimo do crítico literário Alceu Amoroso de Lima - tecendo elogios favoráveis ao livro e tratando como divisor de águas na literatura brasileira. O corte temporal da narrativa abrange um período compreendido entre duas secas: 1898-1915. A temática da seca e as consequências desta é uma constante na literatura nordestina iniciando esta tendência a partir do sec. XIX, com o realismo de alguns autores tais como: Rodolfo Teófilo, José do Patrocínio, Franklin Távora, entre outros.

O romance em estudo é uma obra que não foge do padrão da maioria das obras regionalistas do nordeste. Em que predominam uma dualidade singular. O autor faz a denúncia social e nas entrelinhas deixa transparecer um saudosismo relacionado as estruturas socioeconômicas vivenciadas em alguma fase da vida, principalmente na infância. No escritor em questão não é bem um saudosismo, e sim uma sobrevalorização do sertanejo como um povo forte, apto a resistir as dificuldades impostas pelo espaço. Albuquerque Júnior (1999) vai mais longe e destaca a predileção pelo sertanejo, na obra de José Américo de Almeida, mas também pelo escritor acreditar no sertanejo como povo que não “sofreu” o mestiçamento ocorrido com os brejeiros do Agreste Paraibano. Na ótica de Albuquerque Júnior:

A bagaceira alia uma análise sociológica, assentada principalmente na falsa premissa da inexistência de escravidão no sertão e de sua presença no brejo, criando duas sociedades distintas. O homem do brejo, embrutecido pela herança da escravidão, era um homem incapaz de ter sensibilidade para com a terra, não conseguia amar o seu lugar, a sua região. (1999, p. 137).

O enredo do romance é o encontro de dois espaços distintos: o sertão e o Agreste. A civilização do couro se defronta com a sociedade do açúcar. Embora a produção de açúcar no Agreste tivesse um caráter distinto da produção na zona da mata. Esta dicotomia é presente no livro de Euclides da Cunha: *Os sertões*. Neste é a luta sertão-litoral. Almeida transforma o conflito presente n'*A bagaceira* colocando o Agreste no lugar do litoral.

Uma família de sertanejos - Almeida ao escrever o livro não especifica a origem da família, mas deixa claro que pertencem as adjacências do Rio do Peixe- lideradas pelo patriarca Valentim Pedreira iniciam uma migração para fugir das agruras da estiagem de 1898 e buscar abrigo em uma localidade mais úmida. A viagem tem o seu fim quando o clã chega ao engenho Marzagão, de propriedade do senhor-de-engenho Dagoberto Marçau. Localizado no município de Areia-PB.

A família recebe acolhida e passa a habitar durante o período em uma estrebaria. A partir deste momento o personagem Valentim e seus familiares começam a perceber os excessos cometidos pelo senhor-de-engenho no trato com os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar. É patente como Almeida expressa a despreocupação com a mudança na estrutura social no romance. Não aparece em momento algum da obra os retirantes comentando as desventuras dos trabalhadores do engenho.

Os degredados, a todo o momento, entram em conflito com os cabras do engenho. Pela maneira destes se comportarem na vida diária: seja na maneira de produzir, se relacionar. Enfim, nas formas de comportamento que - o autor acreditava - faz a distinção entre brejeiros e sertanejos. É portanto, uma preocupação com a superioridade de uma cultura em relação a outra. O sertanejo como um homem pautado nos valores da honra. E os agrestinos seres calcados na covardia, segundo as ideias expostas por Almeida no romance.

A preocupação dos sertanejos é meramente comportamental. Valentim sente o espaço do engenho e por extensão o dos brejeiros, como o espaço da “desonra”, dos desiguais que lutam sem regras que normatizem o enfrentamento. Ou melhor, o senhor-de-engenho é criador de regras próprias, as quais o restante obedece sem contestar.

A posição conservadora de José Américo de Almeida é marcante. Quando o autor coloca as falas dos personagens d'*A bagaceira* obedecendo a norma culta da língua. Suprimindo os falares dos diferentes estratos sociais. Ou seja, o escritor entendia a língua

como algo petrificado, incapaz de se renovar. A maneira de falar dos senhores-de-engenho, talvez, estivesse mais próxima dos seus servos. Se eram donos da terra, mas não possuíam o conhecimento. Os mandatários eram homens rudes. Essa rudeza era purgada, os donos de terras procuravam enviar os filhos para estudar nos grandes centros.

Era questão de honra para os “donos da terra” e demais membros da elite, o encaminhamento dos filhos do sexo masculino para as profissões com maior destaque na sociedade. Seja o sacerdócio, advocacia, medicina, entre outras. O romance em estudo reproduz este fenômeno tão presente nas camadas mais abastadas. O jovem Lúcio Marçau - filho de Dagoberto - é apresentado como um estudante de direito. O hábito era corriqueiro e praticado pela elite da época. Sérgio Buarque de Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, enfoca o saber bacharelesco, como um saber, na maior parte dos casos, estéril. O historiador nomeia como a praga do bacharelismo este apego dos setores privilegiados da sociedade pelas profissões liberais:

As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso. A inclinação geral para as profissões liberais, que em capítulo anterior já se tentou interpretar como aliada de nossa formação colonial e agrária, e relacionada com a transição brusca do domínio rural para a vida urbana, não é, aliás, um fenômeno distintamente nosso, como o querem alguns publicistas (p. 156).

O senhor-de-engenho é uma figura típica da sociedade criada pelas relações de produção que existiam na cultura da cana-de-açúcar. Este ser é central por gozar de variadas formas de autoridade: seja na instância econômica, política, sexual. No entanto, o poderio dos senhores-de-engenho do Agreste era limitado em função da pouca importância econômica dos estabelecimentos situados nesta zona.

Enquanto os engenhos da Zona da Mata possuíam caráter exportador, os engenhos agrestinos estavam voltados para a produção interna. E mais, os engenhos mediterrâneos ocupavam menos terra. Portanto, os primeiros aglutinavam maior poder, por favorecer o acúmulo de divisas para a metrópole e maior lucro para a mesma. No entanto, era característica comum a ambos o tratamento desumano dispensado a mão de obra executante de funções subalternas.

2.3 A bagaceira e as diversas tramas

Em 1922, na cidade de São Paulo ocorre um evento que mudaria os rumos das artes nacionais: A Semana de Arte Moderna. O evento tinha como proposta uma arte voltada para a

realidade cultural do país, abandono do academicismo, rejeição à produção artística do século XIX, entre outras propostas. Durante o acontecimento houve conferências, saraus, mostras de artes plásticas etc. o evento foi organizado por um grupo de intelectuais, em sua maioria, paulistas Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Graça Aranha, entre outras figuras de destaque.

O movimento da Semana foi composto, em sua grande parte, por intelectuais filhos da elite cafeeira. “A Semana de Arte Moderna foi patrocinada pelo escol financeiro e mundano da sociedade paulistana”. (BRITO apud BOSI, 1993, p.384). É um período de transição de um Brasil rural para outro, urbano. Os próximos atores sociais agora são burgueses e proletários. Os sindicatos começam a ganhar força com a ajuda de operários oriundos da Europa, que engrossavam as fileiras da nova economia.

As teorias expostas no evento foram oriundas das vanguardas europeias. A orientação, de agora em diante, é valorizar aspectos da cultura nacional como o realmente são. O índio não precisa mais ser visto numa perspectiva europeia, idealizada como o fez José de Alencar. A linguagem das obras agora é pautada na fala do cotidiano. O rebuscamento de escolas como o parnasianismo é abandonado. São artistas e intelectuais em busca de um Brasil que perdeu sua identidade no campo artístico e cultural. Brum (1999) sobre o novo contexto afirma:

Embora o modernismo tivesse motivação européia a inspiração mais profunda foi nacional, e se integrou na atmosfera nacionalista dessa fase histórica. A vanguarda intelectual brasileira encontrava-se insatisfeita com a decadência literária e artística e o esgotamento das escolas anteriores. O momento, portanto, era favorável à emergência de idéias e propostas novas (p. 186).

A bagaceira é uma obra surgida no contexto do modernismo. O enredo tem como preocupação mostrar a realidade socioeconômica do Brasil, especificamente do Nordeste. De um espaço que foi esquecido por conta de interesses econômicos novos, em outras regiões do país. É no século XIX que o Nordeste açucareiro perde importância econômica para o Sudeste cafeeiro.

A publicação do romance *A bagaceira* acontece em 1928. É saudado pela crítica como um grande romance. Foi uma obra inauguradora da literatura social nordestina. Após a publicação da obra apareceriam autores como Rachel de Queiróz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego entre outros.

A obra em estudo tem como cenário a cidade de Areia-PB, localizada na microrregião do Brejo⁵ paraibano, o corte temporal se dá entre os anos de 1898 e 1915. Ou seja, é um intervalo de tempo entre duas secas. A estiagem é um evento climático presente no Nordeste desde tempos imemoriais. Do ponto de vista espacial, no Nordeste, existe uma delimitação conhecida como semiárido para estabelecer a localização deste evento climático.

A obra é um retrato do drama vivido por pessoas que habitam locais afetados por períodos de estiagem prolongada. Na obra em estudo são os habitantes do sertão da Paraíba que fogem da estiagem ocorrida durante o ano de 1898. O objetivo destes grupos que migravam eram espaços que não foram afetados pelas estiagens. No caso em estudo é o Brejo paraibano.

Dentro do contexto do enredo d'*A bagaceira*, o brejo possui um significado especial: é o espaço de fuga nos períodos de estiagem, utilizado pelos habitantes afetados pelo fenômeno climático. Esta migração forçada tinha como destino, também, o litoral paraibano. Sobre os espaços da migração dos retirantes Almeida (1994) aponta: “ A capital começou a ser invadida pelos esmoleres, em tamanha afluência que, no meado de outubro, já era feita a distribuição de socorros em uma das salas do tesouro provincial” (p. 185).

É prescindível entrar em detalhes referentes a aspectos sociais da obra. Por que esta possui densa carga de veracidade. O autor ao elaborar o romance tinha intenções ensaísticas. O gênero romance tornava mais palatável ao público, verdades impúblicáveis para o ensaio. O gênero ensaístico tornava mais difícil a abrangência das ideias do autor. Ao diluir as propostas num romance, uma parcela maior da sociedade teria acesso as diretrizes ideológicas (conservadoras) de José Américo.

A *Bagaceira* não traz muitas inovações. A obra faz o resgate de narrativas feitas por outros escritores em relação ao Nordeste. Em matéria de inovação a obra vai orientar o resgate da temática regionalista dentro do modernismo. Sobre a importância d'*A bagaceira* Bosi (1993) apresenta como mais uma obra no meio de outras tantas:

Como experiência de arte, *A bagaceira* não parece superar o nível de expressividade que já fora conquistado pelos prosadores nordestinos que escreveram sob o signo do Naturalismo: Manuel de Oliveira Paiva, Domingos Olímpio, Rodolfo Teófilo, Lindolfo Rocha (p. 446).

Para tornar as ideias presentes no romance, de fácil assimilação Almeida recorre a alguns clichês. Presentes nos folhetins publicados em jornais do séc. XIX. O romance enfoca

⁵ O brejo Paraibano corresponde a um brejo de altitude de encostas voltadas para a ação dos ventos. O relevo e a posição geografia da região contribuem para a ocorrência de um clima úmido (com pluviosidade média anual em torno de 1500 a 1800 milímetros e temperatura amenas), solos férteis e uma hidrografia perene, condições estas muito favoráveis ao desenvolvimento da agricultura (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 84).

a paixão de um filho de senhor de engenho por uma retirante. Mais uma vez, Bosi (1993) reforça a ausência de inovação do romance analisado aqui:

[...] a alta dose de pitoresco e certa ênfase dos traços sentimentais no corte das personagens empana o que poderia ter sido límpida e seca mimese de uma situação exemplar: o encontro de uma retirante com o sinhozinho bacharel, e a distância psicológica que estrema este do pai, o patriarca do engenho, que acaba por tomar-lhe a jovem (p. 446).

Os protagonistas da obra são retirantes, fugindo do período de estiagem enfrentado pelo sertão paraibano. O grupo é composto por Valentim Pedreira (pai), Soledade (filha de Valentim) e Pirunga (irmão adotivo de Soledade). O retirante tem como destino o Brejo. O ponto de chegada é o engenho (fictício) Marzagão, situado no município de Areia-PB.

Chegando ao engenho o grupo se depara com relações socioeconômicas diferentes das vivenciadas por eles no sertão. O autor apresenta na obra um espaço de contrastes. O sertão confrontado com o brejo. Neste embate quem sai como vitorioso é o sertão. Este é traçado n'*A bagaceira* como lugar da honra. Enquanto, o brejo é retratado como espaço da ausência de valores. Albuquerque Júnior (1999) desnuda o romance em tela, mostrando o que há nas entrelinhas da obra:

A bagaceira alia uma análise sociológica, assentada principalmente na falsa premissa da inexistência de escravidão no sertão e de sua presença no brejo, criando duas sociedades distintas. O homem do brejo, embrutecido pela herança da escravidão, era um homem incapaz de ter sensibilidade para com a terra, não conseguia amar o seu lugar, a sua região (p. 137).

A partir do que foi exposto nesta parte do trabalho, pode-se tirar algumas conclusões. Uma delas é que *A bagaceira*, apesar de incluída no modernismo, carrega em seu conteúdo ideias que não faziam mais sentido na década de 1920. Os personagens são guiados por leis naturais. Quem determina o comportamento das personagens é o espaço natural. Desta forma, há espaços degenerados e espaços saudáveis. Mencionando o termo espaço abre-se precedente para a próxima etapa desse trabalho, o conteúdo geográfico d'*A bagaceira*.

III PARTE- TEMAS DE GEOGRAFIA N'A BAGACEIRA

3.1 A gênese da região Nordeste

Em 1928 quando *A bagaceira* é publicada a região Nordeste já era conhecida de todos. E passou a utilizar esta denominação para tratar da parte do país que primeiro foi descoberta e durante muito tempo foi o espaço que polarizou a economia nacional. A região nasce, assim como o Brasil, dos anseios de Portugal na busca por novas terras.

O objetivo desta seção é analisar o “nascimento” do Nordeste. Utilizando como fundamento a obra *A invenção do Nordeste e outras artes* do historiador Albuquerque Júnior. A importância do livro é demonstrar a constituição do ideário acerca da região. E expondo a forma como o espaço a partir de imagens e discursos foi construído. A tese de Albuquerque Júnior (1999), demonstra como objetos aparentemente inofensivos, como as artes, possuem a capacidade de forjar ideias acerca do recorte espacial aqui estudado:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (p.24).

A partir do que se escreve, fala ou pinta o Nordeste foi criado e passou a ser visto como o espaço da tradição, do atraso, miséria e adjetivos desvirtuadores. O historiador comprova que o Nordeste e o imaginário sobre a região foram gerados por intelectuais nascidos em terras nordestinas. Se o Nordeste passa a ser falado como território do retrocesso, deve-se esta concepção errônea ao grupo de letrados criadores do discurso sobre o espaço dissertado aqui.

Enquanto outras regiões, como o Sudeste e o Sul foram concebidas como *locus* da modernidade, vanguarda e palavras correlatas. O estigma recai sobre o nordestino quando se encontra em outras regiões do país, ditas desenvolvidas. Ainda hoje o povo nordestino é visto nas duas regiões -Sul e Sudeste - como um povo que parou no tempo, não acompanhou as “mudanças” e/ou reformas acontecidas no país.

A identidade do Nordeste foi construída a partir de movimentos como o regionalista. Dessa forma, é uma das diretrizes do presente estudo demonstrar o desserviço prestado pelos “partidários” da agremiação. Ajudando a construir o Nordeste supracitado. O regionalismo é a consubstanciação dos anseios de uma elite falida, buscadora de privilégios perdidos. O movimento em questão “fabricou” uma identidade do Nordeste como área excluída e digna de

iedade das demais regiões do país. Não é pretensão negar a região, pois esta existe, o que se pretende é desmistificar este tipo de recorte espacial e os julgamentos vinculados a divisão territorial analisada aqui.

A forma como o historiador coloca a construção dessa faixa de terra é inovadora. Entretanto geógrafos como Hartshorne em seus estudos, com outras denominações para a região, haviam percebido as múltiplas formas de perceber o espaço analisado. Frisando que a região possui, também, aspectos que fogem ao concreto, no espaço regional há atributos mentais que passam sem ser notados num primeiro instante, provocadores de diferenças. A geógrafa Lencioni (2003) utilizando o pensamento de Hartshorne acrescenta:

[...] freqüentemente utiliza o termo áreas-unidades. Considera que as áreas-unidades não são evidentes. Em outros termos, as regiões não são auto-evidentes. Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesma, ela é uma construção intelectual. A região, posta assim, é concordante com algumas posições neokantianas, nas quais a concepção subjetiva da realidade está presente (p 127)

Na fase atual da Ciência Geográfica e do próprio mundo nas suas diversas instâncias, em que a globalização é tema de vários estudos. Ao mesmo tempo em que os juízos acerca da região perdem significado. Levanta-se um questionamento: por que estudar a região? As respostas são várias, mas a primeira é que a região é um entendimento gerador de inúmeras discussões no interior da ciência geográfica contemporânea e de outras épocas.

É simples, o conceito e tudo que está relacionado com a temática traz implícito um aglomerado de fenômenos imperceptíveis e capazes de influenciar a política, a economia, a sociedade. Estas manifestações aparentemente insignificantes podem conter fatos importantes que passam despercebidos pelo pesquisador. Os recortes espaciais são produzidos pelo intelecto. A partir da utilização deste atributo o pesquisador deve buscar provas e destacar fragmentos importantes para o estudo.

No caso em estudo a região é criada ou construída por grupos sociais privilegiados e imposta ao restante da sociedade. O espaço regional é visto principalmente a partir da perspectiva do planejamento por parte do Estado. Entretanto, a região pode ser visualizada de outras maneiras, fugindo dos aspectos socioeconômicos. É justamente esta forma diferente de estudar o espaço que caracteriza os estudos em Geografia Cultural.

Ao tratar do conceito região é possível levantar uma série de problemas envolvendo o vocábulo. Aparentemente trata-se de uma ideia simples, mas esta - aparente- simplicidade pontua grande parte do acervo conceitual das ciências humanas. Esse fenômeno culmina na vulgarização do vocabulário do campo científico dissertado. Fato ocorrido na ciência

geográfica com o termo mencionado. É uma categoria fluida por fazer parte do discurso diário do especialista de outras áreas ou do cidadão não acadêmico. Sendo vítima de distorções pelo uso recorrente. A palavra é utilizada para os mais diversos fins. Esse juízo tem uma carga política presente desde a origem. Gomes (2003) apresenta a genealogia da palavra:

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma (p. 50).

Percebe-se nesta citação o conteúdo político na etimologia da palavra. O poder não pode ser desvinculado da ideia de região. Quando surgiu o Nordeste não foi muito diferente. Quem o criou detinha algum tipo de força, fosse política, intelectual ou econômica. E intencionava a manipulação de uma identidade em benefício próprio. Manipulando a ideia de região e tudo o que envolvia o Nordeste. Albuquerque Júnior (1999) considera que o espaço:

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes (p. 25).

A reflexão sobre região Nordeste foi cunhada não por um poder formalmente instituído, mas por um grupo cujo principal expressão foi o movimento Regionalista e Tradicionalista de Recife. Percebe-se na denominação do movimento a palavra “Tradicionalista”. Ou seja, havia uma preocupação por parte do grupo com um passado que o Brasil e o Nordeste estavam abandonando. Em outras palavras, um país agrário de relações patriarcais. Em 1926, o evento denominado Congresso Regionalista de Recife é a concretização das ideias do movimento supracitado. A intenção era preservar tradições e manter a identidade do Nordeste. Dentre os intelectuais que fizeram parte estavam Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Pouco importava se os hábitos eram ultrapassados do ponto de vista social, econômico e político. Era uma mobilização conservadora e descompromissada com o porvir. Albuquerque Júnior (1999) caracteriza o agrupamento com as seguintes palavras:

O Congresso teria em vista salvar o “espírito nordestino” da destruição lenta, mas inevitável, que ameaçava o Rio de Janeiro e São Paulo. Era o meio de salvar o Nordeste da invasão estrangeira, do cosmopolitismo que destruía o “espírito” paulista e carioca, evitando a perda de suas características brasileiras (p. 73).

Vale salientar que o evento em questão faz parte de uma série de acontecimentos que intentavam “fabricar” o Nordeste, dentre estes pode-se mencionar: Congresso Agrícola de Recife; a constituição do chamado Bloco do Norte no Congresso Nacional; Congresso de Produtores de Açúcar, entre outros. Da série de eventos citados o Congresso Regionalista de 1926 tem uma importância capital do ponto de vista científico. O acontecimento em questão carregava ambições acadêmicas, pois estudou o Nordeste do ponto de vista sociológico. O viés científico reforçava a “nobreza” da causa. O sociólogo Gilberto Freyre era o principal articulador desse movimento.

Os intelectuais regionalistas não queriam a usina de açúcar e sim o retorno ao engenho e as relações paternalistas dessa forma de organização. Obras como *O moleque Ricardo*, do escritor José Lins do Rego, além do compromisso literário, é uma espécie de mea-culpa. O personagem que dá título ao romance, foge dos domínios de um engenho na cidade de Pilar (PB) e passa a viver em Recife(PE). Na capital pernambucana, Ricardo passa a viver em outra realidade econômica e social. O autor deixa claro que o engenho era ruim, mas a cidade grande e suas formas de sociabilidade são piores. No engenho havia desigualdades, por outro lado havia o apadrinhamento dos donos da terra.

A construção da impressão acerca do Nordeste é assentada na afirmação de inimigos: o Sul ou Sudeste. Estes recebem o título de antagonistas e carrascos do Nordeste. Concepção falsa, pois o que aconteceu realmente foi a ascensão política e econômica dos estados da região Sul e Sudeste, causados pela importância econômica do café. E posteriormente, a industrialização a partir dos capitais originados da cultura cafeeira. Em outros termos, querer buscar o inimigo responsável pelo fracasso do Nordeste era uma das diretrizes da elite falida da época. A orientação estava fundamentada em bases falsas

Diante desta situação econômica e política dos estados do Sul e Sudeste, o Governo Federal dedica maior atenção ao polo econômico do Brasil. O Sudeste é o centro do desenvolvimento no país. Enquanto os intelectuais do Nordeste se preocuparam em construir a ideia de “polo da seca”. O resultado foi que o Nordeste passou a ser enxergado como uma região que exigia muito e oferecia pouco ou quase nada. A construção do Nordeste é iniciada a partir do momento que a elite econômica, política e artística começam a perder influência junto ao poder central. É um movimento de reação contrária as novas orientações empreendidas pelo governo da época.

O Nordeste continuava a dar prosseguimento a sua origem agrária. Enquanto, outras regiões - Sudeste e Sul - do país procuravam se urbanizar cada vez mais. Uma das várias preocupações do regionalismo tradicionalista era manter a região com as mesmas

configurações do Nordeste patriarcal e agrário. A cidade e suas formas de sociabilidade eram vistas pelo movimento como espaço da “degeneração”. Sobre a concepção dos regionalistas em relação a urbe, Albuquerque Júnior (1999) pontua: “ A cidade é mostrada como local de libertinagem, de rompimento com os padrões morais, de importação de costumes artificiais, desnacionalizadores e corrompedores dos códigos tradicionais tidos como brasileiros” (p. 97).

O que há de errado nesta forma de pensar é a pregação do Nordeste como espaço sem conflitos. Ou seja, lugar norteado por uma falsa harmonia entre os diferentes atores sociais cuja principal expressão é o mito do mestiçamento preconizado por Freyre. Onde a casa-grande é o espaço irradiador do poder nas suas diversas faces. A região Nordeste é percebida e construída a partir da visão do intelectual filho da Zona da Mata nordestina açucareira.

Uma obra que foi uma síntese desta preocupação do movimento é o livro *Nordeste*, de Gilberto Freyre. O livro procura mostrar o desvirtuamento pelo qual passava a região. A obra tinha uma preocupação social, ecológica e política. Procurava chamar a atenção para uma parte do país que estava entrando numa fase de degradação frente às novas formas de produção e organização da sociedade.

É perceptível a questão dos “interesses regionais”, estes são - empregando outros termos- a batalha pela manutenção de privilégios para grupos minoritários e detentores do poder nas variadas formas, mas principalmente econômico e político. Enquanto a luta por direitos para os segmentos excluídos são relegados a um plano secundário. O Nordeste é bem mais amplo e diverso do que estes intelectuais podiam e podem imaginar. Vainer (1995) ressalta:

Nosso primeiro ponto de partida está no entendimento de que as regiões - das quais se fala, em nome das quais se fala - são o resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas. Daí decorre a necessidade de recusar ab initio a sugestão imanentista que, intencionalmente ou não, está contida na expressão, “interesses regionais”. Nem a região tem existência em si, nem é geradora, em si e por si, de interesses (p. 02).

O que se contesta neste trabalho são movimentos em prol do regionalismo que serviram para criar diferenças entre regiões do mesmo país. Sabendo-se que num país do porte do Brasil a característica inerente é a diversidade. Não há razões para fomentar este acirramentos. E se existe disparidades de ordem econômica ou políticas, no caso do Nordeste, estas foram impulsionadas por grupos minoritários em busca constante por privilégios extraviados. Nesta parte dissertou-se sobre a construção do imaginário acerca do Nordeste e

os impactos desse sobre a sociedade da região. O próximo segmento tratará da espacialidade presente n' *A bagaceira* e as possíveis leituras sob a ótica geográfica.

3.2 A Geografia presente n' A Bagaceira

As obras de arte são caracterizadas pela livre interpretação do apreciador. Com a obra literária acontece algo análogo. Permitindo ao leitor encontrar múltiplos significados ao fazer incursão pela(s) trama(s) de um romance. No contexto da Geografia, *A bagaceira* abre um debate que está presente há muito tempo na ciência do espaço. A questão é: analisar o romance em estudo na perspectiva do possibilismo ou do determinismo?

Esta dúvida foi expressa durante um ciclo de palestras realizados em 1997, na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa, intitulada *A Geografia na obra de José Américo*. Este evento deu origem a um livro organizado pela geógrafa Janete Lins Rodrigues. Intelectuais como Manuel Correia de Andrade, Joacil de Brito Pereira (biógrafo de Almeida), entre outros. Fizeram suas colocações e não chegaram a um denominador comum.

A obra analisada neste trabalho pode ser dissecada a partir de princípios tanto deterministas como possibilistas. No entanto, ao estudar a obra (*A bagaceira*) percebe-se que nos diálogos mais contundentes os personagens se expressam numa perspectiva determinista. Portanto, neste trabalho *A bagaceira* será colocada como um romance em que o autor estava imbuído de fundamentos deterministas refletindo isto na fala dos personagens.

Uma das bases de um trabalho científico de Geografia é a relação componente humano com o meio. Esta relação é mediada pela técnica. Ou seja, a exploração do ambiente pelo elemento humano é proporcional ao avanço da técnica. Na prosa de Almeida aparece um componente neste binômio (homem-meio) que é o fator racial.

Existe um conflito entre “raças” diferentes. Este conflito se faz presente por Almeida ter sofrido influência da obra de Euclides da Cunha. É necessário frisar que o termo raça é contraditório, uma palavra que não faz sentido quando utilizada para qualificar o ser humano. Sobram teorias para comprovar o quanto há de equivocado em querer compartimentar o *homo sapiens* a partir do aspecto racial. Mesmo assim, este fenômeno está presente na obra de Almeida, Albuquerque Júnior (1999) percebe essa visão errônea:

As teorias eugenistas encampadas por Euclides também permeiam toda a obra de Américo, de onde salta um nítido preconceito racial e uma visão depreciativa do negro e do mestiçamento com esta raça, que a escravidão, na Zona da Mata, proporcionara (p. 137).

O que fica explícito n' *A bagaceira* é uma denúncia social, mas sem nenhuma preocupação com mudanças estruturais na economia e na sociedade. Fato que marca a obra como dual. Se existe preocupação com as estruturas da sociedade, por que não mudá-las? Há dualidade em vários aspectos da obra. O espaço é compartimentado em dois, ou seja um espaço puro, representado pelo Sertão e outro degenerado, representado pelo Brejo. Bosi (1993) enfatiza o viés social da obra, no entanto José A. de Almeida se mostra despreocupado com o assunto:

Assim, ao realismo “científico” e “impessoal” do século XIX preferiram os nossos romancistas de 30 uma *visão crítica das relações sociais*. Esta poderá apresentar-se menos áspera e mais acomodada às tradições do meio em José Américo de Almeida, em Érico Veríssimo e em certo José Lins do Rego, mas daria à obra de Graciliano ramos a grandeza severa de um testemunho e de um julgamento (p. 438).

A grande obstinação d'*A bagaceira* está no campo racial. Os personagens que migram do Sertão para o Brejo. Num primeiro momento, se deparam com relações sociais e de produção diferente das encontradas no Sertão. No entanto, a crise é gerada pela visão do brejeiro como um povo degenerado por conta do cruzamento de raças. Fato externado pelo tratamento pejorativo dado aos brejeiros por parte dos sertanejos, apresentado nos vários diálogos da obra.

No romance há impressões referentes ao ser humano, e a relação deste com o espaço, sintetizadas em personagens. O autor coloca o Sertão como espaço da honra, aristocracia, pureza de valores. Enquanto o Brejo é o lugar do instinto. Estas ideias ficam melhor delineadas nos personagens Valentim Pedreira e João Troçulho.

Valentim é um sertanejo que chega ao Brejo e se depara com povos inferiores (de acordo com as ideias do escritor), com valores deteriorados. No Sertão ele havia cometido um crime pela honra de uma donzela. No Brejo ele assassina o feitor do engenho por conta da honra de outra donzela, neste caso a filha Soledade.

Nota-se que o caráter do sertanejo é de um ser com valores nobres capaz de cometer crimes ao ter a nobreza e seus valores aristocráticos em xeque. O nome do personagem tem um sentido simbólico de coisa dura, firme que remete a pedra.

Por outro lado, há o personagem João Troçulho. Um Brejeiro que é caracterizado no romance como um ser fraco e preguiçoso. Um personagem cujo principal objetivo é comer para matar a fome. Sintetizando aqui o caráter do habitante do Brejo como ser animalesco, que age por instintos. Sem valores nobres a cultivar. Almeida(2006) deixa isso delineado nos diálogo entre personagens d'*A bagaceira*:

- Qual é o seu maior desejo. João Troçulho? – indagou Lúcio.

- Comer até matar a vontade.
- Então, é só por isso que devora toda a feira de uma vez e passa o resto da semana em jejum?
- Quem guarda comer guarda barulho... (p. 83)

O próprio sobrenome do personagem - Troçulho- tem uma simbologia que refere-se ao termo cagalhão. Quanto a palavra Houaiss (2009) oferece a seguinte acepção: “porção de excremento de consistência sólida” (dic. eletrônico).

Dentre outros questionamentos que podem ser levantados no romance estão a relação entre o ser-humano e a técnica. Desenvolvido de forma que um dos personagens da obra apontam o caminho para as mudanças sociais mediante a implementação de novas técnicas no engenho. Esta referência aparece n’ *A bagaceira* representada pelo jovem Lúcio, filho do senhor de engenho Dagoberto Marçau. Lúcio acredita que a redenção para a miséria é a melhoria técnica da exploração do espaço. A técnica n’*A bagaceira* aparece como uma entidade capaz de mudar as condições sociais dos trabalhadores. Para Lúcio a técnica é capaz de tudo resolver, sem necessidade de mudanças estruturais na sociedade. Ao se falar em técnica é imprescindível mencionar Santos (2006):

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (p. 29).

Apesar de a técnica possuir um componente social, acreditar nos avanços desta como fator de mudança é atitude ingênua. Equivale ao otimismo dos iluministas crentes na razão, ciência, industrialismo. Culminariam com o progresso da humanidade em geral. É inegável que melhorias aconteceram, mesmo assim, é perceptível que a miséria convive lado a lado com melhorias técnicas sem sacrifícios. Este fato é bastante óbvio ao se estudar a colonização da África pelos Europeus. Estes detentores de uma técnica “avançada” levaram para o continente Africano. Apesar deste transporte de técnicas é patente a miséria do continente africano mesmo tendo mantido contato com os avanços trazidos pelos europeus.

N’ *A bagaceira* o fator técnico é mencionado, mas não problematizado. A resolução de problemas sociais como a desigualdade passa por outros campos. É necessário mudanças profundas na sociedade. Um exemplo bem simples é a alteração da estrutura agrária mediante a revisão da propriedade da terra. Fenômeno que não é citado em momento algum da obra fato que reforça a posição conservadora do romance em estudo. O tópico é orientado no sentido de “pinçar” as espacialidades do romance. Deve-se reforçar o caráter aberto das obras estéticas, é essa abertura que permitiu este trabalho. A interpretação da geografia contida no romance de Almeida não encerra aqui. O leitor é livre para buscar as espacialidades da obra.

A presente explanação é elemento motivador do próximo tema, a barbárie da sociedade açucareira.

3.3 O açúcar e o amargor da terra

O objetivo deste capítulo é mostrar a importância da cultura da cana-de-açúcar para a economia e para a configuração da estrutura agrária. E ao mesmo tempo, apresentar como os espaços produtores de açúcar condicionaram outras porções de terra. No presente trabalho é o Agreste paraibano que teve a vida econômica e agrária influenciada pelo espaço açucareiro. Os estudiosos Moreira e Targino (1997) ressaltam essa dinâmica:

Essa ocupação deu-se, principalmente, no sentido leste-oeste, do Litoral em direção ao Sertão e do Agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades canavieira e pecuária (p. 32).

Para melhor delineamento do objeto de estudo foi necessário mostrar como surge a cultura da cana-de-açúcar no Brasil. Para então, explicar sobre o foco deste trabalho. Ou seja, o Agreste Paraibano. Este espaço merece uma análise à parte por ser um espaço com uma configuração distinta do Litoral açucareiro. O Agreste teve a vida econômica guiada pelo Litoral açucareiro.

Vale frisar que o cultivo da cana-de-açúcar com finalidades exportadoras se restringiu ao litoral do Brasil. Principalmente, faixas de terras onde hoje se localizam estados como Pernambuco e Bahia. O Litoral oferecia condições físicas favoráveis a cultura canavieira. Clima quente; alternância entre uma estação chuvosa e uma seca e solo de massapê. Estas eram as condições físicas ideais para a cana-de-açúcar.

Não é necessário explicar com profundidade a organização das unidades produtoras de açúcar na Paraíba. Pois, se existia alguma diferença era de ordem quantitativa e não qualitativa. As propriedades produtoras de açúcar se pautavam no trinômio: latifúndio, monocultura e escravidão. São estas palavras que orientam o rumo do trabalho.

O que justifica o registro do trinômio acima, neste trabalho é a preocupação da ciência Geográfica com a transformação do espaço. O espaço ao sofrer metamorfoses nem sempre traz consequências positivas para os seres humanos. Citando como exemplo aqui a cultura canavieira que deu origem a outros espaços alterados e reprodutores de desigualdades. É a partir da modificação do Litoral que uma área genérica localizada a oeste do mar e

denominada genericamente como “Sertão” que teve as feições alteradas. No caso em questão, O Agreste da Paraíba é que fazia parte do Sertão.

Pode-se dizer que o latifúndio surge no Brasil a partir da necessidade de lucros da Coroa de Portugal. Isto fica patente nos diferentes ciclos econômicos que o Brasil teve ao longo de sua história. O ciclo do pau-brasil antecedeu o ciclo da cana-açúcar. Este último foi mais importante. Por conta das implicações na organização agrária do país. E contribuiu para a transfiguração do espaço de maneira efetiva. A forma como se distribuiu a terra provoca implicações sociais. No caso brasileiro, as consequências foram negativas. Dada as dimensões que as terras adquiriram no Brasil. O latifúndio causa concentração de renda entre outros resultados negativos. É a importância deste e de outros fatos relativos a posse da terra que traz a necessidade de estudar o latifúndio

Quando os portugueses chegam às terras que hoje são o Brasil. Desconheciam o que as terras recém-descobertas podiam proporcionar, em termos econômicos, à metrópole. É a partir da extração da madeira pau-brasil que Portugal percebe a riqueza da nova possessão. A exploração da madeira citada era para suprir a demanda da Europa pelo corante extraído da planta. A forma de explorar o pau-brasil era simples. O investimento maior era fretar o navio da Europa até aqui. A forma de pagamento da mão de obra (os indígenas) mais barata ainda. Os trabalhadores eram pagos com facas, espelhos, colares. Em suma, mercadorias de baixo preço.

Eram estes baixos investimentos que atraíam a cobiça de traficantes de pau-brasil. O que colocava o domínio da coroa portuguesa em xeque. O ciclo do pau-brasil chega ao fim quando os preços da madeira entram em declínio no mercado europeu. É o ocaso de um comércio calcado no extrativismo, que não demandava grandes custos com mão de obra.

O quadro que fica após a exploração do pau-brasil. É desfavorável para a coroa portuguesa: Grandes porções de terras com uma infinidade de recursos naturais, a amizade entre nativos e traficantes de madeira. Um cenário que colocava a posse das terras por parte de Portugal, em risco. O economista Sandroni (1999) afirma que a criação de Capitania Hereditárias no Brasil estava vinculada a esta cobiça em relação às terras brasileiras. “ Ao lado dos portugueses, os espanhóis e, principalmente, os franceses, também se dedicaram à extração do pau-brasil na costa brasileira, disso surgindo inúmeros conflitos que levaram a Coroa a criar as capitanias hereditárias” (p. 97).

A Coroa Portuguesa teve que encontrar uma maneira de manter sua hegemonia nas terras brasileiras. Para isto tinha que povoar as terras descobertas. Nesta conjuntura havia uma mercadoria que se adequava as necessidades do reino português: O açúcar. Um produto que

atendia aos interesses de Portugal por dois motivos: traria grandes lucros e fixaria habitantes que atuariam como “vigias” das novas terras.

A solução adotada pela Coroa portuguesa foi criar as Capitânicas Hereditárias. Estas acabariam com o receio de Portugal em relação à posse das terras. Afugentando outras nações que cobiçavam as ricas possibilidades oferecidas pela costa brasileira. As Capitânicas Hereditárias foram as primeiras formas de ocupação das terras situadas no Brasil. Tal organização originou, futuramente, o que hoje é conhecido como latifúndio

A monocultura canavieira “determinou” a extensão das terras brasileiras e também a forma de aproveitamento da mão de obra empregada. Para obter o lucro e a produtividade necessária, a cana-de-açúcar tinha de ser cultivada em grandes extensões. Prado Júnior (1994) sobre a questão afirma:

A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados (p. 33).

As dificuldades iniciais foram muitas. Principalmente, no confronto com os indígenas. Enquanto os colonizadores não ameaçavam a propriedade das terras os nativos mostravam-se dóceis. Como aconteceu com a extração do pau-brasil. Lembrando que esta era uma cultura extrativista e não havia uma interferência maior por parte dos colonizadores no que diz respeito a rotina dos indígenas. A produção açucareira demandava uma disciplina estranha ao ritmo de produção dos silvícolas.

Os nativos apresentaram reações de enfrentamento, ao perceberem que a cultura da cana-de-açúcar comprometia a posse da terra. Demonstraram o apreço que tinham pelo lugar de nascimento. Daí o grande número de conflitos entre indígenas e colonizadores. A guerra entre indígenas e portugueses custou caro aos primeiros, inumeráveis etnias foram dizimadas pela fúria dos colonizadores. Lembrando que, a produção de açúcar na Paraíba. Foi iniciada, quase, onze anos após conflitos entre portugueses e índios. A Capitania da Paraíba foi criada no ano de 1574. No entanto, foi conquistada somente no ano de 1585. Sobre este vácuo entre a criação e a conquista Mello (1995) tem contribuições sobre o assunto:

(...) Entre a criação de direito da Capitania da Paraíba (1574) e sua ocupação de fato (1585), passaram-se onze anos, plenos de lutas. Nessas, se a audácia ficava com os europeus, senhores de técnicas e organização político social mais avançadas, a resistência pertenceria aos aborígenes, no caso os potiguaras. Foram esses que, nas guerras de conquista, lutaram por suas propriedades comunais, roças, haveres e famílias (p.27).

Para o funcionamento das Capitâneas Hereditárias. Havia outros problemas a serem resolvidos. A mão de obra era um deles. Se a princípio os índios foram a alternativa mais viável. Com o tempo o colonizador percebeu que o ritmo de vida dos indígenas não acompanhava as demandas da lavoura canavieira. Os indígenas não se adaptaram a dinâmica de produção requerida pela lavoura canavieira.

No princípio os responsáveis pelos engenhos optaram por utilizar-se de trabalho indígena, em caráter de escravidão. O que não foi fácil, visto que os nativos detinham conhecimento das matas e fugiam. Era uma empresa inviável utilizar aborígenes em lavoura canavieira. A mão de obra indígena era cercada de impedimentos, ocasionando problemas no aproveitamento. Andrade (1986) expõe os impasses gerados pelo trabalho nativo:

Os índios não satisfaziam a essa necessidade de mão-de-obra; inicialmente eram pouco numerosos e as guerras e a migração para o interior contribuíam seriamente para diminuí-los. Além disso, o seu desenvolvimento cultural não havia atingido ainda a fase da agricultura sedentária, de vez que na época do descobrimento ainda se alimentavam, sobretudo, dos produtos da coleta, da caça e da pesca. Ainda mais, conhecendo bem a região, fugiam facilmente para a mata, onde se alimentavam dos produtos fornecidos pela floresta, conheciam os seus perigos e o meio de evitá-los (p. 60).

Quando o português percebe que o indígena tem um ritmo de produção diferente do exigido pelo mercado. O colonizador passa a exportar negros vindos da África. Esta etnia era estranha ao novo mundo. O que dificultava as fugas e as rebeliões. A principal função do trabalho escravo era fazer funcionar o engenho e as plantações de cana-de-açúcar. Ou seja, servir de ferramenta nas mãos do colonizador branco. Ainda mencionando Andrade (1986):

Eles eram encontrados por todos os lados, tanto nas fábricas, nos partidos de cana, nas roças, nas olarias, nas serrarias, como nas barcas. Todos os anos eram adquiridos vários deles para cada engenho, sendo originários de pontos diversos da costa africana (p. 78).

A mão de obra escrava além de ter como responsabilidade a movimentação da economia açucareira. Tinha como atribuição, também, o zelo pelas culturas de subsistência. Esta era uma cultura suplementar para assegurar a sobrevivência dos escravos. O compromisso da produção canavieira era com o lucro obtido a partir da exportação do açúcar. Devido a dedicação exclusiva do Litoral a monocultura da cana-de-açúcar os gêneros alimentícios ficavam em plano secundário. A demanda por alimentos deu origem a busca por novos espaços para o cultivo destes. No caso da Paraíba entra em cena o espaço do Sertão. Este era uma faixa de terra genérica desconhecida pelos colonizadores.

O enredo do romance *A bagaceira* tem o seu desenrolar na cidade de Areia. Município localizado no Agreste da Paraíba. Este por sua vez corresponde a um recorte

espacial entre o Litoral e o Sertão. É um enclave natural entre o mar e o sertão. A modalidade de ocupação e povoamento do Agreste é distinta das duas áreas citadas. Para efeito de estudos o Agreste paraibano pode ser dividido em dois complexos. Targino e Moreira (1997) delimitam assim:

Essa Mesorregião compreende duas grandes áreas: a) o Agreste Baixo, situado imediatamente à retaguarda do Litoral no trecho que se estende da depressão Sublitorânea até os primeiros contrafortes da Borborema e; b) o Agreste Alto, que compreende o Brejo Paraibano, [...]. O Brejo Paraibano se distingue como uma mancha úmida que se individualiza no interior do Agreste (p. 79).

Concernente a ocupação e o povoamento, o Agreste Baixo foi o primeiro a ser explorado. O que é um reflexo da separação entre atividade agrícola (monocultura) e pecuária promovida pela zona produtora de açúcar. Para evitar que o gado não destruísse as plantações colocando em risco a produção do açúcar. O povoamento do Agreste Baixo foi implementado antes do povoamento do Agreste Alto porque o, Baixo se apresentava mais “dócil”. Ou seja, oferecia condições naturais que facilitavam a adaptação dos novos habitantes.

As causas da ocupação e povoamento do Agreste são muitas. A mais forte é a econômica. Com o declínio da economia açucareira na segunda metade do séc. XVII. A mão de obra é “liberada” criando fluxos migratório em direção ao oeste. O espaço agrário do litoral possuía seus “verdadeiros” donos. Cabia aos colonos desprovidos de terra a busca por novos espaços e estes eram concretizados na ocupação do Agreste paraibano. Nestas terras a produção era dedicada ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava mandioca).

A pecuária teve uma importante contribuição para a ocupação do Agreste. Bastando enfatizar a gênese de cidades a partir de agrupamentos tais como os currais e os pontos de pouso de vaqueiros. Funcionava da seguinte maneira: os vaqueiros e o gado em viagem para o litoral. Paravam em alguns pontos ao longo do caminho para descansar ou matar a sede das boiadas. É neste contexto que surgiram cidades na Paraíba como Itabaiana e Campina Grande. A cultura pioneira será o algodão que esteve presente durante muito tempo na economia paraibana. Existindo cidades, como Campina Grande, notáveis por conta do comércio algodoeiro. A cotonicultura tinha uma peculiaridade podia ser cultivada juntamente com lavouras de subsistência.

Este fato contribuiu para tornar o algodão conhecido como uma “cultura democrática”. Nos diversos sentidos da palavra as fibras eram cultivadas em propriedades de pequeno, médio e grande porte. O algodão é uma planta que estava – e está - presente desde a colonização da Paraíba. Era utilizado pelos índios de forma artesanal para confecção de redes. Para fins comerciais, o algodão na Paraíba e no Nordeste alcança êxito durante o declínio da

produção nos EUA. A Guerra de Secessão diminuiu o cultivo da malvacea. A guerra junto a outros fatores serviu para incrementar a produção algodoeira do Brasil. Andrade (1986) é adepto deste raciocínio:

[...] o aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários, como o chamado “algodãozinho”; a descoberta da máquina a vapor e o seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra e a conseqüente Revolução Industrial; a abertura dos portos às nações amigas por D. João VI, em 1808; e os eventos políticos internacionais como a Guerra de Secessão, eliminando do mercado internacional, por períodos relativamente longo, concorrentes que dispunham de técnicas mais aperfeiçoadas e de produto de melhor qualidade que o Nordeste brasileiro (p124).

Ao longo da vida econômico-agrária do Agreste as culturas foram muitas. Além do algodão pode-se mencionar culturas como o café, o sisal, a cana, o fumo. Este é um quadro geral da região do Agreste paraibano. Há um recorte espacial no Agreste que apresenta peculiaridades e que ficou conhecido como Brejo paraibano. As particularidades são tantas que há historiadores que trabalham com a ideia da existência de ciclos econômicos nessa delimitação.

O Brejo da Paraíba é diferenciado do restante do Agreste na forma de ocupação e nas características físicas. A ocupação do Brejo foi tardia em comparação ao Agreste Baixo a área onde hoje está localizada o Brejo apresentava características que dificultavam o povoamento. Dentre os impedimentos é possível mencionar: vegetação de floresta; relevo acidentado; presença de indígenas, entre outros.

Do ponto de vista físico, o Brejo apresentava características que favoreciam - e favorecem. Situado na parte mais alta da Serra da Borborema e voltado para o Oceano Atlântico, este contribui para maior umidade. A pluviosidade desta parte do espaço paraibano fica em torno de 1500 a 1800 milímetros anuais. Contando com solos férteis. Fatores que irão contribuir para impulsionar o Brejo por meio da agricultura.

São a cana-de-açúcar e o café que alavancaram a economia do Brejo entre o final do século XIX e o início do séc. XX. Era no Brejo que o sertanejo buscava abrigo para atravessar o período de estiagem do Sertão. O que fica caracterizado n’*A bagaceira* com a família sertaneja que chega ao engenho Marzagão. Pedindo pousada ao proprietário do engenho citado.

O Brejo também fez parte do “surto algodoeiro” que atingiu todo o Agreste. E serviu como suporte durante muito tempo para a economia desse recorte. Quanto a mão de obra utilizada nos campos de algodão no primeiro momento foi a escrava. E, posteriormente, com a abolição foi substituída por moradores e parceiros.

O declínio do comércio de algodão será ditado pela volta dos EUA a cotonicultura. Fato ocorrido na década de sessenta do século XIX. Quando finda a Guerra de Secessão e os EUA voltam a fornecer a mercadoria para a Inglaterra. O algodão trouxe contribuições positivas para o Brejo. O capital adquirido com o algodão serviu para impulsionar o próximo ciclo econômico. Sobre os efeitos positivos do algodão na economia, Targino e Moreira (1997) dissertam:

Os principais efeitos do “boom” algodoeiro na organização sócio-econômica do Agreste foram a monetarização da economia, modificações no crescimento urbano regional e o povoamento efetivo da região e, com o declínio da escravidão, a consolidação do sistema morador (p. 81).

Quando o algodão perde importância econômica na “região”. Esta encontra como solução o cultivo da cana-de-açúcar. O que não era novidade nos solos do Brejo. Com uma diferença, a cultura canavieira abandona a condição de cultura de subsistência para adquirir o status de cultura comercial. A cana-de-açúcar se fez presente no Brejo desde o séc. XVII. O produto era o açúcar mascavo para abastecimento da província. Em fases posteriores seria a aguardente e a rapadura. A unidade de produção era o engenho. No entanto, o senhor de engenho “brejeiro” não possuía o mesmo prestígio dos proprietários de engenho do litoral. Este poder diminuto do Sr. de engenho do Brejo se deve ao fato das propriedades desta “região” produzirem uma mercadoria para consumo interno, que era a rapadura. Outro fato, os engenhos do Brejo apresentavam menor extensão quando comparadas com as outras do Litoral.

A cana-de-açúcar, no Brejo tem seu ciclo iniciado na segunda metade do século XIX. O que não impediu que os engenhos utilizassem mão de obra escrava. Mesmo que por pouco tempo e em quantidade menor. A força de trabalho deixou sua contribuição no Brejo. Em 1851, a população escrava de Areia, Alagoa Nova e Bananeiras representava 10% da população total destas áreas. Conforme foi enfatizado, com o fim da escravidão é institucionalizado o sistema de moradia. O que não significou a extinção das arbitrariedades pelos donos da terra. No romance em questão Américo de Almeida explicita este fato. O dono do engenho Marzagão expulsa um de seus trabalhadores para ceder a casa aos retirantes recém-chegados. O morador é mandado embora sem direito de colher os frutos da roça de subsistência. Almeida (2006) expõe as arbitrariedades dos donos da terra utilizando as palavras a seguir:

-Quando acaba, foi a caseira arranhando com o caco de enxada.
Patrão, minha rocinha, atrás do rancho! E a rebolada de cana!...
-O que está na terra é da terra!

Era essa a fórmula de espoliação sumaríssima.
 -Patrão, mande suas ordens. Dá licença que leve os troços?
 E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado e 400 anos de servilismo na massa do sangue (p. 13)

A escravidão ao ser abolida trouxe benesses para a mão de obra submetida a este regime de trabalho. A senzala desaparece, mas as condições de trabalho desumanas assumem outras configurações. O que não impede que o proprietário da terra siga com a espoliação dos camponeses. O escravo estava livre para vender a força de trabalho a qualquer pessoa. O que diferenciou o escravo do trabalhador liberto foi a ausência de castigos corporais. Porém, a estrutura agrária e os efeitos dessa seguiam intocáveis.

O trabalho na produção dos engenhos do Brejo, também, não é diferente da faina dos engenhos litorâneos. A produção da rapadura consistia de nove etapas: a preparação do terreno ; o corte da cana ; a limpa ; o transporte da cana para o engenho ; a moagem ; a secagem do bagaço ; o cozimento do caldo ; o resfriamento e a coagulação do mel ; o corte e a embalagem da rapadura.

O ciclo da cana no Brejo teve vida curta. Durou até o final da última década do século XIX. Dentre os fatores que contribuíram para a derrocada Moreira e Targino (1997) mencionam os seguintes pontos:

- a) a elevação dos impostos cobrados à rapadura que saía do Estado, por determinação da Assembléia estadual. O resultado teria sido a perda do mercado consumidor do Rio Grande do Norte;
- b) a concorrência com a rapadura produzida no sertão. A construção de açudes no semi-árido paraibano, possibilitou o surgimento das engenhocas sertanejas, presentes ainda hoje na paisagem daquela região. De consumidor da rapadura e da aguardente do Brejo, o Sertão passou à condição de produtor, garantindo parte do seu abastecimento;
- c) as doenças que afetaram os canaviais, em particular a praga da “gomose”. A cana caiana, única espécie cultivada no Brejo durante muito tempo, foi atingida pela doença da gomose que a destruiu quase completamente. Os engenhos sofreram o efeito desta destruição e ficaram de “fogo morto” durante duas ou três colheitas. Os senhores de engenho se endividaram; muitos hipotecaram suas terras. Era o fim do primeiro ciclo da cana na região (p. 92).

A cana perde importância econômica e inicia-se o ciclo do café. Este teve um êxito curto. As terras do Brejo deixam de produzir uma cultura para consumo interno e passam a produzir uma mercadoria de caráter exportador. De forma semelhante ao açúcar, o café teve o ciclo extinto no Brejo por conta de uma praga: “*Cerococus Parahybensis*”.

Na titulação deste segmento, nota-se um paradoxo: as palavras amargor e açúcar figurando lado a lado. Essa construção procurou demonstrar justamente as contradições presentes na produção açucareira. O produto que saía dos engenhos para ser consumido pelos europeus, era fonte de produção de riqueza e ao mesmo tempo gerador de desigualdades entre

diferentes povos. Esse é o elemento norteador da dinâmica capitalista através dos séculos, as mercadorias mudam, as relações entre os vendedores e compradores da força de trabalho também passam por mudanças e mesmo assim os paradoxos permanecem. O que foi exposto aqui é um fragmento do capitalismo brasileiro, restrito ao Nordeste a geo-história econômica do país é bem ampla do que esse segmento. Embora as relações de produção do passado sejam responsáveis pela configuração assumida pelo capitalismo brasileiro contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a Geografia Cultural ressurgiu na década de 1970, o campo era visto com desprezo por outras áreas da Geografia. Os geógrafos que travaram a batalha contra a Geografia Cultural se mostraram equivocados. À medida que os estudos nesse campo avançaram, comprovou-se as imensas possibilidades ofertadas pela corrente. As novas diretrizes mostraram-se eficazes principalmente após a Queda do Muro de Berlim, em 1989.

A derrubada do símbolo trouxe o ocaso de várias certezas. E uma destas era o economicismo presente dentro da ciência geográfica, expresso na corrente da geografia crítica, radical etc. O mundo e seus habitantes podiam ser explicados por outros caminhos. Um dos caminhos é o proposto pela Geografia Cultural é a utilização de fontes diversas para explicar o ecúmeno. Dentre elas está a Literatura. Este trabalho é uma concretização das orientações dos estudos culturais em Geografia.

O estudo desenvolvido aqui contorna o caminho simples das verdades prontas. A sociedade em redes mostrou-se muito ampla. Diversidade é a palavra capaz de exprimir a realidade presente. A Geografia Cultural demonstrou ser capaz de abranger a multiplicidade do mundo contemporâneo. É essa certeza que norteou a elaboração desse estudo. As imagens tem adquirido importância monumental para transmissão de informações. A palavra escrita perde cotidianamente terreno diante dos apelos da imagem. Elaborar um trabalho científico tendo como subsídio um romance publicado no início da década de 30 do século XX, adquire tons de resistência.

As críticas podem surgir justamente por conta da ausência de objetividade num romance escrito. Tal repulsa é sem fundamento, a obra de ficção por mais irrealista que seja, é detentora de um contexto histórico. O autor tem uma biografia e vivências acumuladas. Fatores que podem influenciar a obra em algum momento. Não implica dizer que isso seja uma regra. Mas no caso estudado nesse escrito, a presença do autor é forte. Seja por conta da temática, espaço, visão dos personagens entre outros elementos. Portanto, a ficção pode estar imbricada na realidade ou mesmo o inverso. As palavras de Ribeiro (1984) falam muito sobre esta sentença: “O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias” (p. 8). O aforisma de Ribeiro diz muito sobre o desenvolvimento desse estudo. A leitura geográfica de *A bagaceira* não se esgota com esse trabalho. A obra possibilita outras leituras e interpretações divergentes e esclarecedoras acerca da junção Literatura e Geografia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Rio de Janeiro: Massangana, Cortez, 1999.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007. (Col. preconceitos; vol. 3)

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 42 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. **A Paraíba e seus problemas**. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 ed. Ijuí: Unijuí, 1999.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FUENTES, Carlos. **Geografia do romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (edição eletrônica).

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. 3 ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1995.

MOREIRA Emília, TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

ORTIZ, Renato. **Sociedade e Cultura**. *In*: PINHEIRO, Paulo Sérgio, SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge (Orgs). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

PEN, Marcelo. Tennessee Williams: a carga pessoal da obra. *Cadernos entrelivros: panorama da literatura americana*. São Paulo, nº 3, p. 92, (S.d).

PORPINO, Gustavo, SANTOS, Racine. Ariano Suassuna: entrevista. **Preá: Revista de cultura do Rio Grande do Norte**. Natal, nº 14, p. 68, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, João Ubaldo Ribeiro. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

RODRIGUEZ, Janete Lins (org.). **A geografia na obra de José Américo**. João Pessoa: Fund. Casa de José Américo, 2003.

ROSENFELD, Anatol. et. al. **A personagem de ficção**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. (coleção debates).

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Lisiane Pinto dos. **Relações de trabalho em Terras do sem fim, Gaibéu e Terra morta: universos que se tocam**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

VAINER, C. B. **Região e interesses regionais**: subsídios para uma discussão dos regionalismos contemporâneos no Brasil. São Paulo: FUNDAP, 1995.